



GLEYDSON DA PAIXÃO TAVARES

**AS INTERFACES ENTRE CORPOS,
GÊNEROS E SEXUALIDADES EM
CONTEXTOS EDUCACIONAIS**

1.ª Edição
ISBN-978-65-6054-036-1

SÃO PAULO | 2023





GLEYDSON DA PAIXÃO TAVARES

**AS INTERFACES ENTRE CORPOS,
GÊNEROS E SEXUALIDADES EM
CONTEXTOS EDUCACIONAIS**

1.^a Edição
ISBN-978-65-6054-036-1

SÃO PAULO | 2023



1.^a edição

**AS INTERFACES ENTRE CORPOS, GÊNEROS E
SEXUALIDADES EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS**

ISBN- 978-65-6054-036-1



Autor

Gleydson da Paixão Tavares

AS INTERFACES ENTRE CORPOS, GÊNEROS E
SEXUALIDADES EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS

1.^a edição

SÃO PAULO
EDITORA ARCHE
2023

Copyright © dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Internacional (CC BY-NC 4.0).



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

T231i Tavares, Gleydson da Paixão.
As interfaces entre corpos, gêneros e sexualidades em contextos educacionais / Gleydson da Paixão Tavares. – São Paulo, SP: Arche Editora, 2023.
140 p. : foto. color.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-6054-036-1

1. Educação – Aspectos sociais. 2. Identidade de gênero na educação – Brasil. 3. Sexualidade. I. Título.

CDD 305.3

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Revista REASE chancelada pela Editora Arche.

São Paulo- SP

Telefone: +55 (11) 94920-0020

<https://periodicorease.pro.br>

contato@periodicorease.pro.br

1ª Edição- *Copyright*© 2023 dos autores.

Direito de edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referenciais bibliográficos são prerrogativas de cada autor (es).

Endereço: Av. Brigadeiro Faria de Lima n.º 1.384 — Jardim Paulistano.

CEP: 01452 002 — São Paulo — SP.

Tel.: 55(11) 94920-0020

<https://periodicorease.pro.br/rease>

contato@periodicorease.pro.br

Editora: Dra. Patrícia Ribeiro

Produção gráfica e direção de arte: Ana Cláudia Néri Bastos

Assistente de produção editorial e gráfica: Talita Tainá Pereira Batista

Projeto gráfico: Ana Cláudia Néri Bastos

Ilustrações: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Revisão: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Tratamento de imagens: Ana Cláudia Néri Bastos

EQUIPE DE EDITORES

EDITORA- CHEFE

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

CONSELHO EDITORIAL

Doutorando. Avzetê de Lunetta e Rodrigues Guerra- Universidad del Sol do Paraguai- PY

Me. Victorino Correia Kinhama- Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Me. Andrea Almeida Zamorano- SPSIG

Esp. Ana Cláudia N. Bastos- PUCRS

Dx. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dx. José Fajardo- Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. María V. Albaronedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dx. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Maciel- UFBA

Dra. Francisne de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dx. Paulo de Andrada Bittencourt – MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

APRESENTAÇÃO

A educação enquanto direito de todas/os deve contemplar as múltiplas e diversas possibilidades de ser, existir e expressar-se considerando, entre outras, as interfaces entre corpos, gêneros e sexualidades (CGS).

Nesse sentido, as instituições de ensino podem colaborar, sobremaneira, para assegurar o direito constitucional e universal e contribuir com uma educação de qualidade, gratuita, democrática, equinânime, laica e inclusiva de/para/com todas/os.

Assim sendo, devemos ter à compreensão de que as escolas podem se constituir em espaços de construção das identidades das/os estudantes, considerando e estimulando a liberdade e o respeito às diferenças em seus múltiplos aspectos, particularmente, aos que concernem às questões religiosas, regionais, de classe, étnico-raciais, de cor, de identidade de gênero e sexual, de etarismo, questões de deficiência física e cognitiva, entre outras.

Este compêndio reúne textos que discutem sobre as interfaces entre corpos, gêneros e sexualidades em contextos educacionais e tem a pretensão de socializar pesquisas e práticas que problematizam e estimulam à reflexão sobre CGS. Este livro está estruturado em três capítulos e um espaço reservado à produção de resumos.

O primeiro capítulo apresenta uma discussão sobre a vulnerabilidade educacional das mulheres transexuais/travestis nas instituições de ensino.

O segundo capítulo traz uma discussão mediante estudos sobre gênero e sexualidade em uma disciplina do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores – PPE ECFP, de uma universidade pública estadual do interior da Bahia.

O terceiro capítulo apresenta uma experiência de realização de uma oficina realizada para alunas/os do ensino médio, intitulada (Trans)Formar pela educação. O texto problematiza discussões sobre a diversidade sexual e de gênero na escola.

Por fim, é apresentada uma seção composta por dois resumos.

O primeiro discute sobre as experiências de um gay em espaços educacionais, com o título: “Ande como um menino, não fique rebolando igual a uma menina!” Entrelaçamentos das abordagens sobre corpo, gênero e sexualidade na vida de um gay em contextos educacionais.

O segundo resumo intitulado A educação religiosa e os discursos bíblicos sobre a representação da mulher: da subalternização à submissão, apresenta uma discussão sobre a condição da mulher na perspectiva da bíblia.

Espero que as leituras provoquem reflexões que as/os ajudem a construir múltiplas e diversas concepções sobre corpos, gêneros e sexualidades, contrapondo-se às concepções instituídas hegemonicamente pela sociedade.

Boa leitura!

O autor.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados estatísticos da realidade educacional de pessoas transexuais e travestis	30
Quadro 2 – Dados estatísticos da realidade de pessoas trans e travestis no Brasil.....	97

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Prospecto Interloquções CEAL 2019.....	84
Figura 2 – Durante a realização da oficina.....	92
Figura 3 – Participantes da Oficina.....	100

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - MULHERES TRANSEXUAIS/TRAVESTIS: A VULNERABILIDADE EDUCACIONAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.	16
1 INTRODUÇÃO.....	19
2 CORPOS DISSIDENTES DAS MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.	20
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	25
4 O QUE REVELAM OS DADOS ESTATÍSTICOS.....	27
5 O QUE REVELAM AS MULHERES TRANSEXUAIS/TRAVESTIS: DOS NÚMEROS À REALIDADE VIVIDA.....	31
5.1 Revelando desrespeito ao uso do nome social.	31
5.2 Indicando assédio moral por parte da comunidade escolar.	33
5.3 Apresentando restrições de acesso ao banheiro	35
5.4 Apontando a expulsão (evasão) escolar.....	37
CONSIDERAÇÕES	39
REFERÊNCIAS.....	41
CAPÍTULO 2 – ESTUDOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE EM UMA DISCIPLINA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO, EM NÍVEL DE	

MESTRADO, EM EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	44
1 INTRODUÇÃO.....	48
2 GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR: A TRANSEXUALIDADE EM FOCO.....	50
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	54
4 O PLANO DE CURSO DA DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO.....	56
5 O DESENVOLVIMENTO DA DISCIPLINA.....	57
5.1 O seminário educação, diversidade de gênero e sexual.....	59
a) Apresentando falta de apoio na família e na escola.....	61
b) Indicando discriminação e dificuldades na escola por ser diferente.....	63
c) Revelando falta de oportunidade de trabalho e o exercício da prostituição.....	64
d) Relatando um caso de assassinato por transfobia.....	65
CONSIDERAÇÕES.....	67
REFERÊNCIAS.....	70
CAPÍTULO 3 – (TRANS)FORMAR PELA EDUCAÇÃO: DISCUSSÕES SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA ESCOLA.....	73
1 INTRODUÇÃO.....	78
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	80
3 ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DA OFICINA (TRANS)FORMAR PELA EDUCAÇÃO.....	81

3.1 Concepção	81
3.2 O Planejamento e os objetivos.....	83
a) Objetivos específicos.....	83
b) Ações para a organização do ambiente da oficina.....	84
c) Sequência didática.....	84
3.3 A Realização.....	85
4 REFLEXÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DAS OFICINAS NOS SUJEITAS/OS ENVOLVIDAS/OS.....	88
4.1 Perspectiva das/os oficinairas/os.....	88
4.2 Perspectiva das/os alunas/os-participantes	92
a)Indicando a necessidade de mais discussões sobre a temática	95
b) Apontando a escola como um lugar de acolhimento.	97
c) Preocupando-se com a importância da presença de profissionais de saúde e técnicos/as capacitados/as.....	98
CONSIDERAÇÕES.....	108
REFERÊNCIAS	110
SEÇÃO DE RESUMO.....	113
“ANDE COMO UM MENINO, NÃO PIQUE REBOLANDO IGUAL A UMA MENINA!” ENTRELAÇAMENTOS DAS ABORDAGENS SOBRE CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NA VIDA DE UM GAY EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS.....	113

A EDUCAÇÃO RELIGIOSA E OS DISCURSOS BÍBLICOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA MULHER: DA SUBALTERNIZAÇÃO À	123
ÍNDICE REMISSIVO	130

CAPÍTULO 1

MULHERES TRANSEXUAIS/TRAVESTIS: A VULNERABILIDADE EDUCACIONAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

TRANSSEXUAL/TRANSVESTITE WOMEN: EDUCATIONAL
VULNERABILITY IN EDUCACIONAL INSTITUTIONS

RESUMO

Este trabalho objetiva identificar e analisar quais as principais dificuldades que inviabilizam a escolarização das mulheres transexuais/travestis. A pesquisa é qualitativa e de cunho bibliográfico e documental. Utilizou como instrumentos para a produção dos dados as narrativas de duas mulheres transexuais e a análise de documentos. Os resultados deste estudo apontam para uma quase total inacessibilidade de pessoas transexuais/travestis ao ensino superior e um alto índice de evasão escolar. Revelam que os principais fatores que contribuem para a evasão estão relacionados ao assédio moral, ao desrespeito ao uso do nome social e às restrições de acesso tanto ao banheiro “masculino” quanto ao “feminino”. Diante do exposto, a pesquisa aponta para a necessidade de implementação de políticas públicas educacionais e sociais efetivas que assegurem os direitos das pessoas transexuais/travestis.

Palavras-chave: Mulheres transexuais/travestis. Educação. Vulnerabilidade.

ABSTRACT

This work aims to identify and analyze the main difficulties that make it impossible the schooling of transsexual/transvestite women. The research is qualitative and bibliographic and documentary. As instruments for the production of data, the narratives of two transsexual women and document analysis. The results of this study point to an almost total inaccessibility of transsexuals people and transvestites to higher education and a high rate of school dropout. They reveal that the main factors that contribute to evasion are related to bullying, the disrespect to the use of the social name and the restrictions of access to both the “men's” and the “female” bathrooms. Given the above, the research points to the need to implement effective public educational and social policies that guarantee the rights of transsexuals/transvestites.

Keywords: Transsexual/transvestite women. Education. Vulnerabilit.

INTRODUÇÃO

As pessoas que vivem as experiências transexuais e travestis expressam mais uma construção identitária diante das múltiplas possibilidades de experienciar as diversidades sexuais e de gênero para além do padrão hegemônico heteronormativo e cisgênero. A transexualidade e a travestilidade borram e subvertem às normas e padrões impostos pela sociedade e, por isso, as pessoas que vivem essas experiências “discordantes” são vistas, por exemplo, como seres estranhos, abjetos, anormais e aberrações da natureza.

Esse grupo minoritário é exposto a um terrorismo social e a variadas violências nos espaços sociais, seja em casa, no trabalho, nas vias públicas e até mesmo nas instituições de ensino. A opressão se revela nas mais variadas dimensões – da física à psíquica, o que torna esse grupo minoritário vulnerável, e o impede de exercer a cidadania em sua plenitude e de reivindicar direitos naturalmente assegurados para a grande parcela da população, como o direito à educação. A educação deve ser libertária e transformadora. O espaço escolar/acadêmico deve ser um ambiente em que o respeito, a proteção social e o acolhimento devem ser elementos indispensáveis ao bom convívio.

As singularidades e as particularidades de cada estudante devem ser consideradas nas mais variadas dimensões. Alguns princípios em relação ao

ensino são expressos na Constituição Federal em seu artigo 206, entre outros, destaca-se “igualdade de condições para acesso e permanência na escola e liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, 1988, p. 123).

Deveras, o direito ao acesso e à permanência à escola e à educação superior deve ser assegurado para todas/os. Entretanto, e especialmente nas instituições de ensino superior, o acesso ainda é um privilégio de poucos/as. A desigualdade social e econômica bem como a educação de qualidade inferior são alguns dos gargalos que contribuem para que os grupos minoritários – faço aqui um destaque às pessoas transexuais e os travestis – fiquem à margem deste processo.

Este trabalho objetiva identificar e analisar quais os principais conflitos e dificuldades que inviabilizam o acesso e a permanência das mulheres transexuais/travestis no processo de escolarização e acadêmico.

2. CORPOS DISSIDENTES DAS MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

No território das identidades de gênero e sexuais, emergem as mulheres transexuais e travestis, rotuladas pela sociedade como corpos dissidentes, por não se adequarem às construções hegemônicas sexuais e de gênero. De acordo com Bento (2011), necessariamente, não somos impelidos a cumprir “os desejos de nossas estruturas corpóreas”. Para a autora, “o sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero” (2011, p. 551).

Ainda de acordo com Bento (2011), as práticas e os discursos sociais imprimem na sociedade uma construção de gênero por meio dos gestos, dos olhares, das roupas consideradas desejáveis para as pessoas a partir de suas identidades. Ela assevera que existem infinitas repetições que acabam estabelecendo os padrões de gêneros como verdadeiros e únicos.

Nesse sentido, é necessário refletir como a sociedade exclui o/a outro/a mediante a sua compreensão quanto à “diferença” (SILVA, 2000). Para o autor, esta é compreendida a partir das referências que marcam ou estabelecem “o diferente”, da representação “do diferente”, da comparação – atribuição qualificativa, do lugar ou uma posição que seria – “o normal” e

da atribuição da diferença a partir da cultura. Ainda para o autor, enquanto entidade independente, a diferença bem como a identidade “é concebida como autoreferenciada, como algo que remete a si própria” (SILVA, 2000, p. 74).

Considerando que “as ditas verdades” e a concepção de diferença são constructos simbólicos e discursivos (SILVA, 2000), quem está autorizado a estabelecer padrões de gênero e sexuais como uma norma compulsória e única a ser experienciada? Será que a sociedade pode marginalizar as pessoas a partir do que entende como “diferente”, com a alegação de que suas identidades (de gênero e sexual) borram o que é considerado socialmente “ideal” e “adequado”?

As questões/discussões de gênero e sexualidade são travadas em um campo de disputa. O jogo das relações de poder-saber se instalam nos processos de interações sociais e fabricam instrumentos de controle e homogeneização, que tentam impor um discurso da identidade “ideal” – de homem branco, hétero, cristão e pertencente à classe média urbana (LOURO, 2000).

Diante do exposto até aqui, devemos compreender as identidades de gênero e sexual como múltiplas possibilidades de estar, de ser e de viver na sociedade e, nesse ínterim, estão as mulheres transexuais e travestis. A

transexualidade e a travestilidade operam na fronteira e expressam a instabilidade do gênero, de modo a subverter a lógica binária impressa nas interações sociais mediante “marcas da presença do poder”, quais sejam: “incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós” e “eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”)). (SILVA, 2000, p. 81-82).

O terreno dos gêneros e das sexualidades estão em constante transformação. Para além da multiplicação, é impossível compreendê-lo a partir da perspectiva binária - masculino/feminino, heterossexual/homossexual (LOURO, 2008). Para a autora, “O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e o que é ainda mais complicado admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira”. (LOURO, 2008, p. 21).

As instituições de ensino devem estar incumbidas em promover ações afirmativas e primar por ser um espaço de acolhimento e respeito a todas as pessoas independente da sua condição econômica, cor, etnia, religião, identidade de gênero e sexual, entre outros marcadores sociais. A escola, bem como as instituições de ensino superior devem incentivar a reflexão, o debate

e a implementação de ações objetivas em favor da diversidade e pluralidade cultural e, assim, contribuir para a promoção e o reconhecimento dos direitos dos grupos minoritários com vistas ao combate aos múltiplos tipos de violência, à discriminação e ao preconceito dentro e fora do espaço acadêmico e escolar.

Entretanto, observamos que para alguns grupos minoritários, há um negligenciamento por parte das entidades educacionais no atendimento a essas garantias, principalmente àqueles que compõem o grupo LGBTQIA+, com ênfase às mulheres transexuais e travestis.

Nessa direção, Bento (2011, p. 554) afirma que “a produção de seres abjetos e poluentes (gays, lésbicas, travestis, transexuais, e todos os seres que forem à norma de gênero) e a desumanização do humano são fundamentais para garantir a reprodução da heteronormatividade” e, nesse sentido, a escola atua como protagonista nesse processo.

Diante do exposto, observamos que há um projeto social maior que produz e reproduz padrões normativos, disseminados na sociedade como verdades absolutas no que concerne às questões de gênero e sexualidade e que são reverberados no espaço escolar. Corroborando com essa assertiva, Meyer et al. (2007, p. 230) afirmam que,

Sabemos que discursos desse tipo não são produzidos e nem

circulam exclusivamente na escola, sendo produtos, também, de outras áreas de conhecimento e informação; e eles são, continuamente, re-apresentados e re-atualizados pela ciência, nas diferentes mídias, nas tecnologias, no senso comum etc. E é exatamente por isso que eles estão tão imbricados com a organização das relações sociais (de gênero e de sexualidade) e a produção de subjetividades.

O clima de pânico envolve situações degradantes e humilhantes, assédio moral, desrespeito ao nome social, controle e militarização dos corpos tidos como dissidentes, restrições ao uso do banheiro (seja “masculino” ou “feminino”), expulsão da escola (evasão), discriminação, preconceito, insultos, assassinatos, entre outras situações que inferiorizam e colocam o grupo de mulheres transexuais e travestis em condições desumanas e que se impõem enquanto limites e desafios para o acesso e a permanência dessas pessoas nas instituições de ensino. Para Bento, “há uma amarração, uma costura, no sentido de que o corpo reflete o sexo e o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido a essa relação” (2011, p. 553).

Assim, percebemos que as instituições de ensino não estão preparadas para lidar com a diferença e a pluralidade social, pois, exercem a função de (re)produtora e mantenedora do modelo hegemônico, heteronormativo e cisgênero, cerceando as possibilidades de ser e viver outras identidades sexuais e de gênero. Nesse sentido, se faz necessária que as entidades educacionais reflitam sobre o seu papel social e se reinventem na perspectiva de contribuir para ampliação do reconhecimento, do respeito, e da

visibilidade das mulheres transexuais/travestis.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Os procedimentos metodológicos de uma pesquisa delinham todo o seu percurso para o desenvolvimento do trabalho científico. A autora Minayo (2009, p. 14) entende por metodologia “o caminho da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).

Esta pesquisa adotou a abordagem qualitativa por considerá-la essencial para trabalhar os aspectos da realidade e que não podem ser mensurados numericamente. Segundo Minayo (2009, p. 21) a perspectiva qualitativa considera os fenômenos humanos enquanto realidade social “pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes”.

Os dados foram produzidos a partir de narrativas de duas mulheres transexuais (por meio da transcrição de entrevistas gravadas em áudio), da análise documental e da pesquisa bibliográfica.

As análises e discussão tiveram um caráter qualitativo, respaldadas pelos estudos pós-críticos e pós-estruturalistas. De acordo com Paraíso (2012, p. 25) as teorias pós-críticas envolvem “multiculturalismo, pós-

estruturalismo, estudos de gênero, pós-modernismo, pós-colonialismo, pós-gênero, pós-feminismo, estudos culturais, estudos étnicos e raciais, pensamento da diferença e estudos queer”. A autora faz uma reflexão sobre os trabalhos pós-críticos:

Estimulamos os movimentos de multiplicação de sentidos e de proliferação das forças. Buscamos introduzir as *forças nas normas*. Buscamos operar com a decomposição para desmontar aquilo que foi identificado, reunido, agrupado. Trabalhamos com a desmontagem para decompor o que foi atualizado e fixado. Operamos com a remontagem para fabricar outros sentidos e com a recomposição para encontrar virtuais. (PARAÍSO, 2012, p. 34).

Diante do exposto, percebemos que realizar pesquisa nas perspectivas pós-críticas e pós-estruturalistas exige desestabilizar e problematizar os discursos produzidos como verdades absolutas. Requer também questionar e colocar sob suspeita as práticas sociais e culturais que por meio do controle e da vigilância, normalizam condutas e padronizam comportamentos impostos pela sociedade, em um campo de disputa que se estabelecem por meio das relações de poder.

As análises da pesquisa foram realizadas e organizadas em duas subseções: na primeira, apresentaremos uma quadro-síntese mediante um levantamento de dados produzidos acerca da realidade e vulnerabilidade educacional das pessoas transexuais, em especial, as mulheres trans e travestis, que nos auxiliará na compreensão dos assujeitamentos e das múltiplas violências que são submetidas (a tabela também reúne dados de outras identidades de gênero e sexual do grupo minoritário LGBTQIA+). Na segunda subseção, faremos uma análise a partir das

narrativas de duas mulheres transexuais/travestis que apontaram os limites e os desafios bem como as condições opressoras que vivenciaram no ambiente escolar e acadêmico.

4 O QUE REVELAM OS DADOS ESTATÍSTICOS

O levantamento de dados educacionais sobre a realidade escolar/acadêmica das pessoas transexuais e travestis nos aproximou da realidade desses/as sujeitos/as. Como já mencionado, nesta subseção, faremos uma análise a partir de uma pesquisa documental a qual apresentamos no quadro-síntese abaixo:

Quadro 1 – Dados estatísticos da realidade educacional de pessoas transexuais e travestis

ASPECTOS	PERCENTUAL (%)	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	ANO
Graduados/as trans no ensino superior – Instituições Federais do Brasil.	0,2%	ANDIFS – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.	2018
Agressões verbais sofridas na escola por estudantes que não se declaram héteros.	73% dos/as estudantes. Já as agressões físicas ocorreram com um a cada 04 desses alunos/as.	Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT).	2016
Dos 1.016 jovens ouvidos na pesquisa da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT).	55% afirmaram ter ouvido, ao longo do ano anterior, comentários negativos especificamente a respeito de pessoas trans no ambiente escolar, e 45% disseram que já se sentiram inseguros devido à sua identidade de gênero.	Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT).	2016
Evasão escolar de travestis e transexuais.	Estima-se que o país concentre 82% de evasão.	Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).	2016

Fontes: ANDIFS, ABLGBT, OAB (2016-2018).

Nota: dados organizados pelo próprio autor.

A partir dos dados do Quadro 1 e de acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2018), apenas 0,2% da população trans acessam o ensino superior nessas instituições. Os dados revelam que essa condição de ínfima acessibilidade à educação superior das pessoas trans e travestis fere o artigo 206 da Constituição Federal Brasileira que tem como um dos princípios assegurar, indistintamente, o direito ao acesso e à permanência na escola/academia em igualdade de condições.

O segundo dado evidencia as agressões físicas e verbais sofridas na escola por estudantes que não se declaram héteros. Segundo Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais – ABLGBT (2016), 73% dos/as estudantes já sofreram este tipo de agressão e uma em cada quatro desses/as alunos/as já foram agredidos/as fisicamente. Nesse sentido Bento afirma que,

As reiterações que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. Se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: “Pare com isso! Isso não é coisa de menino!”. A cada reiteração do/a pai/mãe ou professor/a, a cada “menino não choral”, “comporta-se como menina!”, “isso é coisa de bicha!”, a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiterações é minada (BENTO, 2011, p. 552).

A pesquisa realizada, em 2016, pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT), revela que dos 1.016 jovens ouvidos, 55% afirmaram ter ouvido, ao longo do ano anterior, comentários negativos especificamente a respeito de pessoas trans no ambiente escolar, e 45% disseram que já se sentiram inseguros devido à sua identidade de gênero. Corroborando com essa realidade indigna e cruel, trago um excerto retirado de uma dissertação a partir da narrativa da própria autora que se define como uma mulher trans:

O ensino médio chegou e o tratamento na escola não mudou muito, pelo contrário piorou. Neste momento de minha vida, fui muito violentada por um colega de classe. A escola era um inferno e eu parecia ser o corpo ao qual eles poderiam extravasar suas raivas. Eram xingamentos, puxões de cabelo, agressões, assédios morais e sexuais (no banheiro), dentre outras situações pelas quais passei. (SANTOS, 2017, p. 11).

Por fim, apresentamos os dados que retratam o panorama da evasão escolar de travestis e transexuais no Brasil. Segundo Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (2019), estima-se que o país concentre 82% de evasão. A autora Bento (2011, p. 555) ao trazer uma discussão sobre as condições opressoras vividas na escola pelos gays, lésbicas, travestis, transexuais e todos/as aqueles/as que destoam ao padrão de gênero imposto pela sociedade, afirma que “para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em ‘evasão’”

Diante dos dados analisados, constatamos que existem limites e desafios

para assegurar o acesso e a permanência das pessoas transexuais e travestis nas instituições de ensino. A inacessibilidade ao ensino superior é um deles. Para mitigar essa situação, se faz necessária a implementação de políticas públicas que assegurem o direito à educação superior a essa população. Outro desafio é garantir um ambiente escolar e acadêmico acolhedor e respeitoso. Nesse sentido, as instituições de ensino precisam estar atentas, conhecer e refletir sobre às situações de vulnerabilidade que esse grupo minoritário está exposto. A partir daí, incentivar a promoção de ações educativas no espaço escolar com vistas à promoção da inclusão, da equidade, do respeito e do reconhecimento da diversidade e multiplicidade sexual e de gênero.

5 O QUE REVELAM AS MULHERES TRANSEXUAIS/TRAVESTIS: DOS NÚMEROS À REALIDADE VIVIDA

A partir das entrevistas realizadas com duas mulheres transexuais (aqui denominadas MT 1 e MT 2), fizemos as transcrições das falas gravadas em áudio, com vistas a identificação de situações de vulnerabilidade a partir do seu processo de escolarização. Produzimos dados que posteriormente foram codificados e reagrupados a partir do distanciamento e da aproximação das narrativas. Nesse sentido, emergiram mais 04 categorias de análise que nos ajudarão a pensar sobre a vulnerabilidade educacional das mulheres transexuais/travestis: a) revelando desrespeito ao uso do nome social; b) indicando assédio moral por parte da comunidade escolar; c) apresentando restrições de acesso ao banheiro; e d) apontado a expulsão (evasão) escolar.

a) Revelando desrespeito ao uso do nome social

A partir de janeiro de 2018, foi autorizado, oficialmente, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) o uso do nome social de transexuais e travestis nas escolas da educação básica, por meio dos registros escolares. Foi assegurado o direito da escolha do nome que melhor satisfizesse o/a estudante, mediante a sua identidade e expressão de gênero. Na contracorrente, as entrevistadas nos apresentam experiências desconfortáveis:

Tinha uma professora que implicou comigo, logo no início, porque ela tinha me dado aula no ano anterior, quando eu era uma criança, então, ou seja, ela ficava me usando como exemplo, às vezes, pra ficar soltando, liberando meu nome [o de registro de nascimento] [grifo nosso] (MT 1, 2021).

Para a entrevistada havia um tipo de perseguição, pois, entendia que propositadamente, a professora a escolhia como exemplo para expô-la ao constrangimento de ser chamada por um nome que já não adotava mais, pois, não se identificava com ele. As/os professoras/es já tinham o nome social de MT 1 na caderneta e, ainda assim, essa docente insistia nessa conduta. O desrespeito e o não reconhecimento ao uso do nome social pode levar as mulheres transexuais e travestis a situações vexatórias e humilhantes.

Tipo assim, entre dois e três professores quando foi percebendo a minha orientação sexual já me olharam de forma diferente [...]. Só que como naquela época, eu era um menino, não tinha tomado hormônio e não tinha feito a transição, muitos professores não queriam me chamar pelo nome de menina. (MT 2, 2021).

Diante do relato de MT 2, foi perguntado qual o sentimento que essa situação provocava nela:

[...] eu comecei a tomar os meus hormônios, meu cabelo cresceu, tudo foi mudando, o corpo e tudo, eu já não via mais a necessidade de professores me chamar pelo nome de menino, não tinha cabimento. Eu me sentia revoltada, porque tipo assim, é tão ruim quando as pessoas não entendem o lado da gente, quando a gente não é assistido... (MT 2, 2021).

Nessa direção, Louro (2008, p. 22), nos diz que “se hoje, as classificações binárias dos gêneros e da sexualidade não mais dão conta das possibilidades práticas e de identidades, isso não significa que os sujeitos

transitem livremente entre esses territórios, isso não significa que eles e elas sejam igualmente considerados”. Os excertos acima, ratificam o entendimento de Louro no sentido de que as mulheres transexuais/travestis ainda não transitam, livremente, nos espaços escolares. São reprimidas, controladas, desrespeitadas também pelo não reconhecimento e uso do nome social, quando alguns/as professores/as se recusam a utilizá-lo, o que provoca uma situação de constrangimento e revolta.

b) Indicando assédio moral por parte da comunidade escolar

Esta categoria traz alguns depoimentos que apresentam assédio moral, aqui entendido, enquanto ações que atentam à dignidade da pessoa humana e traz danos à sua integridade:

Quando eu resolvi me transformar como mulher trans, eu, aos 14 anos, foi da noite pro dia, eu resolvi da noite pro dia, eu já vinha desde os 12 correndo atrás, então, quando eu cheguei no colégio, no dia seguinte, foi um choque pra todo mundo, pra todo mundo, a diretora chegou assim, ‘nossa como tá diferente!...’ Aí cheguei na sala de aula meus colegas, foi muito estranho, principalmente os meninos, eu vi logo, ficava já olhando diferente” (MT 1, 2021).

Olha pra ser sincera pra você na minha época quando eu estava na forma de menino, *bullying*, sofri pouco, só sofri uma agressão de um menino ao perceber meus trejeitos, eu era meio afeminada, que não tinha aquele jeito grosso de menino[...]. Ele me deu um soco no rosto na porta da escola. Ele chegou pra mim e disse que eu era *gay*, que era viadinho, palavras que eles usam até hoje” (MT 2, 2021).

As narrativas de MT 1 e MT 2 sinalizam formas de violência e

exclusão no espaço escolar. As experiências vivenciadas pelas entrevistadas revelam um ambiente tóxico que discrimina, inferioriza, violenta e reitera o preconceito de gênero e sexual.

Observamos nessa categoria a presença de um episódio de agressão física – soco dado em MT 2, para além das experiências narradas no tocante ao assédio moral. Este episódio do soco, certamente pode fazer parte dos dados apresentados pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais – ABLGBT (2016), que revelam que 01 em cada 04 dos estudantes já sofreram agressões físicas de um universo de 73% de estudantes que já sofreram agressões verbais por não se declararem héteros.

Em consonância com esses relatos, Bento afirma que,

São múltiplas as violências cometidas contra as pessoas transexuais. A patologização social dessa experiência identitária talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores. Cruzar os limites dos gêneros é colocar-se em uma posição de risco. Quando se afirma que existe uma norma de gênero, deve-se pensar em regras, leis, interdições e punições (2011, p. 554).

As falas das entrevistadas são marcadas por um sentimento de constrangimento, humilhação, inferiorização e marginalização e que atentam a sua integridade (moral e física) e a sua dignidade. Podemos ver claramente quando MT 2 relata ficar constrangida ao frequentar a escola preocupada em encontrar “um engraçadinho”. Já MT 1 ouvia cochichos, buchicos pelos cantos e era chamada de “viado”.

c) Apresentando restrições de acesso ao banheiro

As mulheres transexuais/travestis, em seu cotidiano, passam por situações adversas que comprometem até mesmo o uso do banheiro no ambiente escolar. Vejamos o relato das entrevistadas:

Quando eu me transformei mesmo eu já não mais entrei no banheiro masculino, que eu achava constrangedor e achava muito ridículo eu entrar no banheiro de homem, e eu de mulher. Eu ia lá, entrava no das meninas normal. Mas quando eu fui para o colégio no estado, eu entrava no banheiro, utilizava o banheiro normalmente, sempre o feminino, sempre o feminino, o tempo todo. Eu via lá, algumas vezes me olhar assim com carinho estranha, carinho de nojo, mas eu não dava confiança. Aí, então, um belo dia, conversando, batendo papo com a diretora, ela me contou que já chegou mães e já chegou pais a se queixar porque a filha chegou em casa dizendo que tinha um homem dentro do banheiro (MT 1, 2021).

Os meus colegas quando iam para o banheiro masculino, tipo, assim, como eu tinha muitos colegas amorosos, eu escutava tipo assim, ‘MT 2, você agora é menina, você não pode usar o banheiro dos meninos’. Formas carinhosas deles, mas de professor... do diretor e do professor de História já era um tratamento totalmente diferente. Que eu era homem,, o de Religião era o mais escroto. Porque eu era homem, porque eu tinha que procurar Deus, aí eu disse porque eu estou com o capeta? Eu não tenho capeta, a pessoa se amar e ser do jeito que é não tá com o capeta (MT 2, 2021).

Nessa categoria de análise referente ao uso do banheiro, observamos que este acesso se tornava sempre um momento de hostilidade, desrespeito e humilhação. Aqui também nos chama atenção a fala da entrevistada MT 2 quando se refere ao professor de Religião “era o mais escroto. ‘Porque eu era homem, porque tinha que procurar a Deus’ - *professor de religião*. Aí eu disse porque eu estou com o capeta?” [*grifo nosso*] (MT 2, 2021).

Nas narrativas apresentadas percebemos um despreparo dos/as

professores/as e do diretor em lidar com essas situações. Ao invés de desempenhar um papel com vistas a inclusão e a disseminação do respeito, a escola legitima práticas hegemônicas que deslegitimam outras possibilidades de ser e viver no mundo. Nessa direção Bento diz que,

Os relatos de discriminações não são acompanhados de histórias de professores/as que tenham realizado discussões em sala de aula ou na escola sobre respeito, diversidade e diferença. O fato de o/a aluno/a interromper os estudos parece algo inevitável, natural, sugerindo, portanto, que essa discussão não diz respeito ao ambiente escolar e que a instituição nada pode fazer para proteger suas/seus alunas/os vítimas desse tipo de violência, a não ser assinar o termo de transferência (2011, p. 556-557).

Observamos também que o discurso religioso também se fez presente no relato de MT 2, quando relata “*Porque eu era homem, porque tinha que procurar a Deus*’[professor de religião]. *Aí eu disse porque eu estou com o capeta?*” [grifo nosso]. A violência discursiva utilizada por esse professor tenta colocar MT 2 em um lugar de demonização e tenta também deslegitimar a sua identidade de gênero e sexual, justamente, por destoar dos padrões hegemônicos instituídos pela escola e pela sociedade.

Para ampliarmos e aprofundarmos o nosso olhar nesta perspectiva do uso do banheiro, traremos um relato de Andrade (2012), que se identifica como uma travesti, onde em sua tese de doutorado, fala de sua experiência no espaço escolar:

Durante todo o período que cursei o 2º grau, atual Ensino

Médio, nunca frequentei o banheiro da escola não por temer possíveis práticas de ato sexual, mas por ter medo de ser rejeitada no banheiro feminino (por não ser do sexo feminino) e violentada fisicamente e verbalmente no masculino (por ser efeminada). Realizava as necessidades fisiológicas antes de sair para a aula e quando chegava. Às vezes, retendo a urina e as fezes, chegava a perder a concentração em sala na tentativa de resistir até chegar em casa. (ANDRADE, 2012, p. 150).

Apresento aqui também, a experiência de Santos (2017), por meio de sua narrativa registrada em seu trabalho de dissertação de mestrado (ela se identifica como uma mulher trans):

O ensino médio chegou e o tratamento na escola não mudou muito, pelo contrário piorou. Neste momento de minha vida, fui muito violentada por um colega de classe. A escola era um inferno e eu parecia ser o corpo ao qual eles poderiam extravasar suas raivas. Eram xingamentos, puxões de cabelo, agressões, assédios morais e sexuais (no banheiro) [...] (SANTOS, 2017, p. 11).

Diante do exposto, podemos constatar que o uso do banheiro também se configura em um grande desafio para a permanência das mulheres transexuais e travestis nas instituições de ensino. O acesso a esse espaço escolar que corriqueiramente e naturalmente é utilizado pelos/as estudantes, se torna um momento de terror e hostilidade para esse grupo de pessoas.

d) Apontando a expulsão (evasão) escolar

Segundo os dados da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (2019), estima-se que o país concentre 82% de evasão escolar de pessoas travestis e transexuais. Para entender melhor o que

leva esse grupo a abandonar a escola, vejamos os excertos abaixo:

O diretor disse que não me aceitaria mais na escola por que eu estava desviando, desviando não, posso falar desviando né, a sexualidade das pessoas... [...] Aí minha mãe onxente, porque meu filho não pode mais estudar nessa escola? Aí ele [o diretor] ‘ah porque seu filho tem esse jeitinho assim, perêrê, parará... Que eu era um problema para a escola [grifo nosso] (MT 2, 2021).

Porque eu parei de ter estímulo, de voltar a estudar. Se meu pai me estimulasse, tipo assim, fosse mais generoso comigo na forma, tipo, de me apoiar, ‘oh meu filho a sua orientação sexual é essa, então ok, você vai estudar’. Ah ele olha pra mim ‘ah de mulher pra ir pra escola assim, você não vai?. (MT 2, 2021).

As questões discutidas nessas subseções retratam limites e desafios para a permanência das mulheres transexuais e travestis no ambiente escolar. Essas dificuldades, reverberam no problema da evasão. A entrevista MT 2 atribui a sua saída (expulsão) da escola por dois grandes motivos: o momento em que o diretor fala para a sua mãe que não mais a aceitaria porque ela estava desviando a sexualidade das pessoas e que ela era um problema para a instituição de ensino. Paralelo a isso, o outro motivo que impulsionou também a sua saída, foi a falta de apoio do pai. Nesse sentido, Bento assevera que “há um desejo de eliminar e excluir aqueles que ‘contaminam’ o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão” (2011, p. 555).

CONSIDERAÇÕES

Neste trabalho propusemos identificar e analisar quais os principais conflitos e dificuldades que inviabilizam o acesso e a permanência das mulheres transexuais/travestis no processo de escolarização e acadêmico. Buscamos por meio da análise de documentos e das narrativas de duas mulheres transexuais/travestis revelar a realidade escolar desse grupo minoritário.

Os documentos os quais nos debruçamos nos trouxeram dados que apontam para uma quase total inacessibilidade de pessoas transexuais/travestis ao ensino superior e um alto índice de evasão - o que reflete as dificuldades de acesso e permanência desse grupo no espaço escolar e acadêmico. Revelam também um grande percentual de agressões físicas e verbais sofridas na escola por estudantes que não se declaram heterossexuais.

Nesse sentido Meyer et al. salientam sobre a importância e a necessidade de voltarmos a nossa atenção às condições de vulnerabilidade que estão expostas/os as/os estudantes das instituições de ensino públicas, para que possamos compreender e analisar esse contexto e estabelecer parcerias com outras entidades. Para as autoras, essas parcerias podem “reduzir, através da educação, as possibilidades de se tornar vulnerável a alguém, ou a alguma coisa ou situação (MEYER et al., 2007, p. 233).

As narrativas das duas mulheres transexuais/travestis, colaboradoras da pesquisa, revelaram o quão desumana e degradante foram as suas experiências em seus processos de escolarização. As entrevistadas apontaram que os principais fatores que contribuem para a evasão, estão relacionados ao assédio moral e a agressão física (por parte de professoras/es, dirigentes, colegas e profissionais da educação), ao desrespeito ao uso do nome social e às restrições de acesso tanto ao banheiro “masculino” quanto ao “feminino”. Diante do exposto, a pesquisa aponta para a necessidade de implementação de políticas públicas educacionais e sociais efetivas que assegurem os direitos das pessoas transexuais/travestis bem como para que as comunidades escolar e acadêmica respeitem e acolham indistintamente a todas/os.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de **Travestis na escola: assujeitamento e resistência a ordem normativa**. 2012. 278f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza-CE, 2012. Disponível em: <ile:///C:/Users/User/Documents/MESTRA~1.DEP/GRANDE~3/VI CONG~1/ARTIGO~3/ANDRAD~1.PDF>. Acesso em: 10 dez. 2021.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior no Brasil ANDIFS). **V Pesquisa Nacional de Perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das IFES – 2018**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que diferença faz a diferença. **Estudos Femininos**, v. 19, n. 2, 2011, p. 549-559. Disponível em: <ile:///C:/Users/User/Documents/MESTRA~1.DEP/GRANDE~3/VI CONG~1/ARTIGO~3/TEMTIC~1/ARTIGO~3.PDF>. Acesso em: 10 dez. 2021.

Dia da Visibilidade Trans destaca a luta pelos direitos da população LGBT+. **Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (CEDS/OAB), 2019**. Disponível em: <<https://cpers.com.br/dia-da-visibilidade-trans-destaca-a-luta-pelos-direitos-da-populacao-lgbt/>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1998: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 dez. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de Gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017, p. 25-52.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo educado: Pedagogia da sexualidade**. LOURO, Guacira Lopes. (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pró-posições**. v. 19, n. 2, maio-ago. 2008, p. 17-23. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MEYER, Dagmar Elizabeth Estermann; KLEIN, Carin; ANDRADE, Sandra dos Santos. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. **Educação em Revista**. s/v, n. 46, 2007, p. 219-239. Disponível em: <[ile:///C:/Users/User/Documents/MESTRA~1.DEP/GRANDE~3/VI CONG~1/ARTIGO~3/DAGMAR~1.PDF](file:///C:/Users/User/Documents/MESTRA~1.DEP/GRANDE~3/VI CONG~1/ARTIGO~3/DAGMAR~1.PDF)>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, cap. 1, p. 9-29.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, cap. 1, p. 25-47.

REIS, Toni; HARRAD, David. As experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais em nossos ambientes educacionais. In: **Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional no Brasil**. Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT), 2016. Disponível em: <[tps://adminprd.observatoriodeeducacao.org.br/api/assets/a7454865-ec79-44d3-861c-e1ee335dd182/](https://adminprd.observatoriodeeducacao.org.br/api/assets/a7454865-ec79-44d3-861c-e1ee335dd182/)>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SANTOS, Adriana Lohanna dos. **Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico**. 2017. 90f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe - UFSE. São Cristóvão-SE, 2017. Disponível em: <[ile:///C:/Users/User/Documents/MESTRA~1.DEP/GRANDE~3/VI](file:///C:/Users/User/Documents/MESTRA~1.DEP/GRANDE~3/VI)

CONG~1/ARTIGO~3/DISSER~1.PDF>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.), HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, cap. 2, p. 73-102.

CAPÍTULO 2

ESTUDOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE EM UMA DISCIPLINA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

STUDIES ON GENDER AND SEXUALITY IN A DISCIPLINE OF THE
POSTGRADUATE PROGRAM IN SCIENCE EDUCATION AND
TEACHER TRAINING

RESUMO

Este capítulo apresenta um relato de experiência a partir da realização do componente curricular Educação em Ciências, Cultura e Sociedade (ECCS), do Programa de Pós-Graduação em nível de mestrado em Educação Científica e Formação de Professores (PPG-GCFP), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Tem como objetivo descrever e refletir sobre o desenvolvimento e as contribuições da disciplina ECCS, na perspectiva da diversidade de gênero e sexual na educação. Este estudo é de natureza descritiva e reflexiva e utilizou como instrumentos para a produção de dados a análise documental e as narrativas dos autores e de duas mulheres transexuais¹ que contribuíram para a realização de um seminário – parte integrante das atividades avaliativas do componente curricular. Adotou o método (auto)biográfico que permitiu a narração de experiências a partir da reflexão. As análises e discussões tiveram um cunho qualitativo, ancoradas pelos pressupostos pós-estruturalistas. A disciplina Educação em Ciências, Cultura e Sociedade nos possibilitou importantes discussões relacionadas ao campo da educação, gênero e sexualidade. Contribuiu para refletirmos sobre o processo educativo e o papel da educação na sociedade contemporânea com vistas a uma formação humanizadora e que privilegie o respeito às diversidades e ao pluralismo

¹ A transexualidade “é uma experiência identitária, que está relacionada à capacidade dos sujeitos construir novos sentidos para os masculinos e os femininos [...]” (BENTO, 2012, p. 22-23).

cultural.

Palavras-chave: Diversidade sexual e de gênero. Educação. Mulheres transexuais.

ABSTRACT

This article presents an experience report from the curricular component Education in Science, Culture and Society (ECCS), of the Master's Degree Graduate Program in Science Education and Teacher Training (PPG-GCFP), at the State University of Southwest Bahia (UESB). Its aim is to describe and reflect on the development and contributions of the ECCS subject, from the perspective of gender and sexual diversity in education. This study is descriptive and reflective in nature and used documentary analysis and the narratives of the authors and two transgender women who contributed to a seminar - an integral part of the curricular component's assessment activities - as data production tools. It adopted the (auto)biographical method, which allowed experiences to be narrated through reflection. The analysis and discussions were qualitative, anchored in post-structuralist assumptions. The discipline Education in Science, Culture and Society enabled us to have important discussions related to the field of education, gender and sexuality. It helped us to reflect on the educational process and the role of education in contemporary society with a view to a humanizing education that privileges respect for diversity and cultural pluralism.

Keywords: Sexual and gender diversity. Education. Transgender women.

INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Educação Científica e Formação de Professores (PPG-GCFP) reúne licenciados/as egressos dos cursos de Ciências Naturais, Biologia, Física, Química, Matemática e Pedagogia e tem o propósito de promover a qualificação do educador/a-pesquisador/a com vistas à geração de conhecimentos que contribuam para a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem.

A partir desse propósito, no primeiro semestre do ano de 2020, o Programa ofertou a disciplina Educação em Ciências, Cultura e Sociedade (ECCS). De acordo com o plano de curso, tinha como objetivo,

discutir o processo educativo frente aos desafios socioculturais, as concepções de educação e o papel da educação na sociedade contemporânea. Ênfase será dada à análise de questões relacionadas à exclusão e a marginalização dos grupos minoritários e a desumanização que gera a violência psíquica, verbal e física. Também serão abordadas as problemáticas advindas de uma educação monocultural, racista, sexista, homofóbica e debatidos os possíveis caminhos para a construção de práticas educativas pautadas na humanização, dialogicidade, emancipação dos sujeitos, na compreensão emocional e no reconhecimento e respeito às diversidades com autonomia e alteridade (SOUZA; DUARTE, 2020, p.1).

As instituições de ensino, mediante o seu caráter social, devem ser um campo de reflexão e discussão sobre a diversidade e a pluralidade cultural e, assim, contribuir para que todos/as reconheçam e promovam os direitos dos grupos minoritários para a estimulação ao combate de todas as formas de

violência, preconceito e discriminação dentro e fora da escola e do espaço acadêmico.

Na sociedade contemporânea, observamos a ampliação dos discursos de ódio aos grupos sociais mais vulneráveis e a tentativa de silenciamento das discussões de gênero e sexualidade nos espaços educativos. Segundo Junqueira (2017, p. 29) “busca-se instaurar um clima de *pânico moral* contra grupos social e sexualmente vulneráveis e marginalizados, por meio do acionamento de variadas estratégias discursivas, artifícios retóricos, repertórios, redes de intertextualidade, etc.”.

Diante do exposto e considerando as múltiplas diversidades sociais construídas, em especial, na perspectiva da sexualidade e de gênero, apresentamos um trecho da música “Respeito é bom e eu gosto”, de Luiz Caldas e César Rasec (2019) “Me respeite para eu te respeitar! Ele de rosa, você tem que respeitar. Ele de azul, você tem que respeitar. Sou diferente, você tem que respeitar. Pois gente é gente, você tem que respeitar. Diversidade, você tem que respeitar”. A sociedade bem como as instituições de ensino devem estabelecer relações sociais a partir do respeito e da observância da singularidade de cada sujeito.

Este texto é produto da experiência da participação na disciplina Educação em Ciências, Cultura e Sociedade (ECCS), do Programa de Pós-

Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPG-GCFP), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Uma das atividades avaliativas da disciplina culminou com a realização do Seminário Educação, Diversidade de Gênero e Sexual, o qual será objeto desse estudo.

Este capítulo tem como objetivo descrever e refletir sobre o desenvolvimento e as contribuições do componente curricular ECCS, na perspectiva da diversidade de gênero e sexual na educação.

2 GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR: A TRANSEXUALIDADE EM FOCO

O Brasil é um país que apresenta uma vasta pluralidade e diversidade cultural. O povo brasileiro é constituído por diversos marcadores sociais que o torna único no mundo – étnico-raciais, de religião, de gênero, de sexualidade e de classe. Mediante os marcadores sociais, são forjadas as desigualdades sociais e desenhadas as hierarquias entre os sujeitos e, assim, são produzidas e reproduzidas o sentido de diferença.

Na perspectiva escolar, Bento faz uma interessante reflexão sobre a diferença (2011, p. 556),

É um equívoco falar em “diferença ou diversidade no ambiente escolar” como se houvesse o lado da igualdade, onde habitam os/as que agem naturalmente de acordo com os valores hegemônicos e os outros, ou diferentes. Quando, de fato, a diferença é anterior, é constitutiva dessa suposta igualdade. Portanto, não se trata de “saber conviver”, mas considerar que a humanidade se organiza e se estrutura na e pela diferença. Se tivermos essa premissa evidente, talvez possamos inverter a lógica: não se trata de identificar “o estranho” como “o diferente”, mas de pensar que estranho é ser igual e na intensa e reiterada violência despendida para se produzir o hegemônico transfigurado em uma igualdade natural.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) indicam objetivos gerais com vistas ao desenvolvimento dos/as estudantes do ensino fundamental. No tocante aos objetivos relacionados com as questões da pluralidade cultural e da orientação sexual, fazemos a seguinte menção:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural

brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1997, p. 6).

Ainda de acordo com os PCN's, a pluralidade cultural refere-se “ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1997, p. 19). Assim, é necessária a construção de uma identidade nacional que considere a pluralidade cultural e a diversidade étnica com vistas a uma sociedade que respeite o caldeirão cultural em que a sociedade brasileira foi forjada.

A escola enquanto espaço social responsável pela formação de crianças, jovens e adultos e tem o papel de construir propostas educacionais inclusivas e antirracistas, promover o reconhecimento da diferença, e formar cidadãos críticos, conscientes e preparados para intervir na sociedade. Entretanto, observamos que a escola, efetivamente, ainda não está preparada para discutir questões que considerem a pluralidade e a diversidade cultural, em especial, a diversidade de gênero e sexual. A autora Bento, nos traz uma reflexão sobre os limites da escola em lidar com as diferenças (2011, pag. 555-556):

Para se compreenderem os motivos que fazem da escola um espaço destinado, fundamentalmente, a reproduzir os valores hegemônicos, é necessário sair desse espaço, ampliar nosso olhar para a própria forma como a sociedade produz as verdades sobre o que deve ser reproduzido, quais os comportamentos de gênero sancionados e por que outros são silenciados e invisibilizados, qual a sexualidade construída como “normal” e como gênero e sexualidade se articulam na reprodução social. Essas questões não podem ser respondidas exclusivamente nos limites da escola. Há um projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais, que extrapola os muros da escola, mas que encontrará nesse espaço um terreno fértil de disseminação.

A autora nos chama a atenção de uma questão macro que transcende ao contexto escolar e que envolve outros espaços sociais, ou melhor, um projeto social, “uma engenharia de produção de corpos normais”, que acentuam e imprimem padrões de sexualidade e de gênero.

Pensar em gênero e sexualidade é compreender que existem diversas possibilidades de ser e de existir, é borrar o padrão binário e heteronormativo impelido para sociedade hegemônica. Para Louro (1997, p. 26),

Suas *identidades sexuais* se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas *identidades de gênero*.

Ainda para a autora, existem “múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e feminilidades” (1997, p. 24), assim, o gênero sai da lógica binária de ser homem ou ser mulher e atravessa possibilidades variadas de viver as masculinidades e as feminilidades.

Entre essas múltiplas possibilidades de viver o gênero e a sexualidade, temos as mulheres trans e travestis que se encontram em um dos grupos minoritários LGBTQIA+ mais violentados pela sociedade e pela escola – violência de ódio das mais diversas ordens: física, verbal, moral, psíquica, simbólica e psicológica. Nessa perspectiva, Jesus retrata a realidade dessas pessoas:

No que se refere ao seu cotidiano, as pessoas transgênero são alvos de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais² e elas não conseguem adequar seus registros civis³ na Justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido à educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e de violências variadas, de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis denominada “transfobia” (2013, p. 106).

Dessa forma, podemos constatar que a sociedade precisa avançar na compreensão e no trato com os grupos que destoam do padrão hegemônico (homem, branco, hétero, cristão e burguês), precisa também reconhecer a pluralidade e a diversidade que compõe a nação brasileira e, a partir daí, respeitar todas as formas de viver e de ser humano.

² Aquele pelo qual a pessoa transexual ou travesti se identifica e é identificada socialmente (JESUS, 2013, p. 106).

³ Nome civil e sexo registrados na certidão de nascimento. Os registros civis brasileiros não adotam o conceito de gênero, ainda se restringindo ao sexo biológico (JESUS, 2013, p. 106).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A realização desse estudo priorizou a abordagem qualitativa que trabalha com aspectos da realidade e que não podem ser mensurados numericamente. Segundo Minayo (2009, p. 21) a perspectiva qualitativa considera os fenômenos humanos enquanto realidade social “pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes”.

Utilizou-se do método (auto)biográfico que possibilitou construir narrativas a partir de reflexões dos relatos da experiência vivenciada por intermédio da participação da disciplina Educação em Ciências, Cultura e Sociedade (ECCS), ministrada por um professor e uma professora, e ofertada no primeiro semestre de 2020, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPG-GCFP), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

Para Passeggi a reflexividade autobiográfica é “entendida como o retorno sobre si mesmo, para tirar lições de vida, e a noção de formação” (2011, p. 153). Corroborando com essa assertiva Souza (2008, p. 38) compreende a abordagem autobiográfica “como uma metodologia de trabalho que possibilita tanto ao formador, quanto aos sujeitos em processos

de formação significar suas histórias de vida, através das marcas e dispositivos experienciados nos contextos de sua formação”. Ainda segundo o autor,

O entendimento construído sobre a história de vida como um relato oral ou escrito, recolhido através de entrevista ou de diários pessoais, objetiva compreender uma vida, ou parte dela, como possível para desvelar e/ou reconstituir processos históricos e vividos pelos sujeitos em diferentes contextos (2006, p. 27).

Para a elaboração desse texto, também foi utilizado um levantamento bibliográfico, momento em que foram selecionados dissertações, artigos e livros relacionados às questões de gênero, sexualidade e educação. Para a produção dos dados, foram utilizados os relatos das experiências vivenciadas na disciplina bem como a transcrição das narrativas de duas entrevistas com mulheres transexuais, realizadas por meio da gravação de vídeo. As falas das entrevistadas contribuíram para uma melhor compreensão de suas trajetórias de vida e formativa no contexto escolar bem como subsidiaram a apresentação do Seminário Educação, Diversidade de Gênero e Sexual, atividade proposta pela disciplina ECCS. As análises e discussões tiveram um cunho qualitativo considerando os pressupostos pós-estruturalistas. Para Meyer e Soares (2005, p. 40) os processos de conhecer na perspectiva pós-estruturalista,

São conflituosos, instáveis e recheados de disputas e é no interior dessas disputas que se travam entre diferentes teorias e conhecimentos, entre diferentes doutrinas e posições políticas, que se constroí aquilo que reconhecemos como certo/errado,

normalidade/desvio, saudável/doente, nós/eles, homem/mulher. O que significa, também, assumir que é na linguagem que se produzem e se colocam em ação os mecanismos e as estratégias de identificação e de diferenciação que estão na base das hierarquizações e desigualdades sociais.

Discutir gênero e sexualidade no contexto escolar com ênfase na escolarização das mulheres transexuais permitiu a possibilidade de refletirmos sobre a imposição binária e heteronormativa que nos são postas na sociedade contemporânea.

z4 O PLANO DE CURSO DA DISCIPLINA – ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO

A disciplina Educação em Ciências, Cultura e Sociedade (ECCS) foi desenvolvida por um professor e uma professora e segundo o seu cronograma de atividades tinha como objetivo geral “discutir o processo educativo frente aos desafios socioculturais, enfatizando questões relacionadas à exclusão, à diversidade, buscando uma educação voltada para a humanização, dialogicidade, emancipação dos sujeitos visando a autonomia” (DUARTE; SOUZA, 2020, p. 1).

As metodologias de ensino foram estruturadas a partir de leitura e discussão de texto, exposição dialogada, apresentação de seminários, entre outras. Para o desenvolvimento das leituras, nos apropriamos dos estudos de diversos autores/as a exemplo de Mizukami (1986), Gallo (2002), Morin (2000), Santos (2014), Ferraro e Ross (2017), Candau e Leite (2011), Rocha (2017), Louro (2011), Verrangia e Silva (2010), Silva e Salles (2010), entre outros/as.

Como critérios de avaliação foram priorizados a avaliação de caráter processual com a observância da participação, da realização de atividades diárias, da frequência e da assiduidade, dos trabalhos em grupo e da

apresentação de seminários.

5 O DESENVOLVIMENTO DA DISCIPLINA

O componente curricular ECCS integra o Núcleo de Disciplinas Obrigatórias do PPG-GCFP, possui carga horária de 60 horas, 04 créditos e foi ministrada semanalmente durante o primeiro semestre de 2020. Mediante o contexto pandêmico do COVID-19, a disciplina foi realizada de forma remota e teve como suporte a Plataforma Digital do Google Meet.

No decorrer das aulas tivemos a oportunidade de realizar discussões que contribuiriam para a nossa formação a partir de questões que versavam sobre as concepções e o papel da educação na sociedade contemporânea bem como realizamos reflexões sobre o processo educativo frente aos desafios socioculturais. Para nortear o trabalho pedagógico, o Plano de Curso apresentava a seguinte ementa:

[...] Ênfase será dada à análise de questões relacionadas à exclusão e a marginalização dos grupos minoritários e a desumanização que gera a violência psíquica, verbal e física. Também serão abordadas as problemáticas advindas de uma educação monocultural, racista, sexista, homofóbica e debatidos os possíveis caminhos para a construção de práticas educativas pautadas na humanização, dialogicidade, emancipação dos sujeitos, na compreensão emocional e no reconhecimento e respeito às diversidades com autonomia e alteridade (DUARTE; SOUZA, 2020, p. 1).

Tendo em vista as temáticas abordadas pela ementa, apresentamos, em equipe, três seminários em momentos distintos: o primeiro seminário foi realizado a partir do livro Ensino: as abordagens do processo (MIZUKAMI,

1986); o segundo pautado no livro *Os sete saberes necessários à educação do Futuro* (MORIN, 2000); e o terceiro estruturado a partir de seis temáticas - Cultura e linguagem, Educação Inclusiva, Violência nas escolas, Educação e humanização e Educação, Diversidade de Gênero e Sexual⁴. A partir dessa última temática elencada, o terceiro seminário será objeto de análise do próximo subtópico.

5.1 O Seminário Educação, Diversidade de Gênero e Sexual

O Seminário intitulado Educação, Diversidade de Gênero e Sexual, foi organizado em equipe e apresentado aos/às colegas e a um professor e uma professora responsáveis pela disciplina ECCS. Foram utilizados como referencial teórico, duas produções da autora Guacira Louro que discutiam a temática.

Inicialmente provocamos uma reflexão sobre as diferenças, a partir das referências que marcam ou estabelecem “o diferente”, da representação “do diferente”, da comparação – atribuição qualificativa, do lugar ou uma posição que seria – “o normal” e da atribuição da diferença a partir da cultura. Para Silva, enquanto entidade independente, a diferença bem como a identidade “é concebida como autoreferenciada, como algo que remete a si

⁴ A apresentação do Seminário Educação, Diversidade de Gênero e Sexual ficou sob a responsabilidade da equipe em que fui um dos componentes integrantes.

própria” (2000, p. 74). Segundo o autor,

Em geral, consideramos a diferença como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos (2000, p. 75-76).

Em seguida, fizemos uma discussão sobre diversidade cultural e multiculturalismo, heteronormatividade, homofobia, sexualidade, gênero, movimentos e grupos sociais (a exemplo dos feministas e LGBTQIA+), tolerância, transexualidade e sobre como a escola lida com essas questões.

Para esse estudo, como já mencionado, nos centraremos nas discussões sobre a transexualidade. Nesse sentido, durante o seminário apresentamos uma tabela em que constavam alguns dados sobre a realidade brasileira das pessoas transexuais e travestis. Os dados revelavam, em números estatísticos, às condições degradantes e desumanas que estão submetidas às pessoas trans e travestis. Por exemplo, apenas 0,2% desse público conseguem acessar o ensino superior em instituições federais (ANDIFES⁵, 2018); 55% dos jovens estudantes afirmaram ter ouvido, ao longo do ano anterior à pesquisa, comentários negativos especificamente a respeito das pessoas trans no ambiente escolar (ABGLT⁶, 2016); os maiores

⁵ Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

⁶ Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos.

índices de suicídios concentram-se em mulheres trans e travestis enquanto os homens trans apresentam índices maiores de ideações ou tentativas (Relatório Transexualidades e saúde pública no Brasil, 2015); e por fim também apresentamos dados em que colocam o Brasil no ranking de país que mais assassina pessoas travestis e transexuais no mundo - cerca de 175 assassinatos no ano de 2020 (ANTRA e IBTE⁷, 2021).

No decorrer do Seminário também exibimos dois vídeos curtos produtos de entrevistas narrativas realizadas com duas mulheres trans - Rebeca e Mayara⁸ - com o objetivo de retratarmos algumas questões sobre a trajetória de vida e escolar dessas pessoas.

A primeira entrevistada chamada Rebeca, negra, tem 37 anos, residente em Itabuna-Bahia, identifica-se como uma mulher trans, e estudou até os anos finais do ensino fundamental. A segunda entrevista chamada Mayana, negra, tem 21 anos, residente em Itabuna-Bahia, identifica-se também como uma mulher trans e possui o ensino médio completo. Durante as entrevistas percebemos que as participantes eram de família humilde e estudaram em escolas públicas.

A transcrição das falas das entrevistadas produziu dados que foram

⁷ ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil. IBTE - Instituto Brasileiro Trans de Educação.

⁸ Nomes fictícios.

codificados, reagrupados a partir da aproximação e do distanciamento das narrativas. Assim, emergiram quatro categorias de análise: a) apresentando falta de apoio na família e na escola; b) indicando discriminação e dificuldades na escola por ser diferente; c) revelando falta de oportunidade de trabalho e o exercício da prostituição e d) relatando um caso de assassinato por transfobia.

a) Apresentando falta de apoio na família e na escola

Nessa categoria, as narrativas da entrevistada revelam a falta de apoio na família e na escola, conforme expressam os excertos abaixo:

[...] e por conta de dificuldades tanto na família, como na escola, por não ser aceita pelo diretor etc., e pelo meu pai também. Meus sonhos foram destruídos, eu queria fazer uma faculdade, ter um diploma, ter uma clínica veterinária, infelizmente meus sonhos foram destruídos tipo pelo meu pai que eu o culpo, porque tipo assim, ele não me deu aquela motivação para que eu corresse atrás dos meus sonhos” (REBECA, 2020).

Ele o diretor chamou minha mãe num canto, assim, e não na minha frente e falou para a minha mãe que eu não poderia mais estudar naquela época, eu tendo 12 anos de idade, porque a minha orientação, que era uma pessoa diferente. (REBECA, 2020, grifo nosso).

As falas de Rebeca expressam o sentimento de rejeição tanto no âmbito familiar quanto no escolar. As pessoas transexuais são expostas a situações degradantes e, em muitos casos, são submetidas à expulsão de casa

e a evasão (expulsão) escolar⁹. Nesse sentido, Bento assevera,

Pessoas transexuais e travestis são expulsas de casa, não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais, entram na justiça para solicitar a mudança do nome e do sexo; enfim, um conjunto de instituições sociais é posto em ação toda vez que alguém afirma: “não me reconheço nesse corpo, não me identifico com o gênero imposto; quero uma cirurgia corretiva do meu sexo, não suporto esses seios que me aprisionam ao destino materno; quero mudar minha identidade civil”. Essas anunciações reverberam nas instituições como sentenças proferidas por uma pessoa transtornada, sem condições de significar suas dores (2011, p. 549-550).

b) Indicando discriminação e dificuldades na escola por ser diferente

As falas de Mayana indicam uma situação de discriminação e constrangimento no ambiente escolar, conforme abaixo:

Cheguei na escola, “muito” olhares, eu esperava algo diferente, eu esperava um choque, mas, mas não foi aquele choque tanto. Foi um choque de diferença, mas, as pessoas, muitos elogiaram, muitos olharam assim, aquela coisa [...] (MAYANA, 2020).

Eu recebi olhares diferentes até porque eu era a única no colégio, na verdade eu acho que eu fui a primeira, porque eu nunca ouvi história parecida nada, até hoje. Então tipo assim, enquanto eu estava lá eu era a única. Então eu recebia olhares diferentes, uma gracinha eu percebia, mas eu cortei, mas sempre me impus no meu lugar, respeito [...] (MAYANA, 2020).

Já houve momentos de tipo assim, professora, eu não digo assim nem professores e nem professoras, eu digo professora, uma única professora porque praticamente ela me perseguiu o ensino médio, tipo assim, uma vez ou outra quando ela tinha oportunidade, antes de eu fazer a troca dos meus documentos

⁹ “É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia” (BENTO, 2011, 555).

ela ia lá e liberava o nome de registro na hora da chamada [...] (MAYANA, 2020, grifo nosso).

A partir das narrativas apresentadas, observamos como a escola pode ser um ambiente hostil e opressor. Percebemos a necessidade do estabelecimento de relações educacionais que prezem pelo respeito à diversidade e à pluralidade. Para Bento,

A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em “evasão” (2011, p. 555).

c) Revelando falta de oportunidade de trabalho e o exercício da prostituição

Os fragmentos abaixo sinalizam as dificuldades de acesso às mulheres transexuais ao mercado formal de trabalho e, conseqüentemente, a inevitável atuação como profissional do sexo:

[...] eu acabei optando por outro estilo de vida que pra mim, não é agradável e para qualquer outra pessoa que queira levar a vida de uma forma diferente (REBECA, 2020).

Eu tive que trabalhar de outras formas porque eu não tinha meios, o preconceito era muito, as pessoas não aceitavam nem para emprego, ele – o pai - me acordava 4 horas da manhã para me procurar emprego – todas as portas para mim foram fechadas e aí, imagina aí a pessoa desesperada faz o quê, opta por outros meios de vida (REBECA, 2020, grifo nosso).

Diante dos obstáculos encontrados para a atuação profissional, a esmagadora maioria das mulheres transexuais é condenada à prostituição

compulsória. Segundo os dados do Dossiê Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020, da ANTRA e IBTE, 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda. Segundo Pelúcio (2005, p. 235),

[...] travestis costumam ter uma trajetória de vida que as distancia dos padrões de comportamento considerados adequados para certas faixas etárias, mesmo entre camadas populares – saem cedo de casa, em torno dos 14 anos, e geralmente iniciam uma vida noturna sustentando-se através da prostituição.

Essa é a triste realidade da maioria das mulheres transexuais que são expostas à prostituição compulsória pela falta de oportunidades, de apoio familiar, e pela discriminação e preconceito da sociedade.

d) Relatando um caso de assassinato por transfobia

O Brasil lidera o ranking do país que mais mata mulheres transexuais e travestis no mundo. A entrevistada Mayana nos apresenta, em seu relato, mais um dado que faz parte da estatística brasileira:

Aí passei do primeiro ano, entrei no segundo ano, o ano já foi melhorando, tudo de boa. Foi um ano maravilhoso, um ano de conquistas, o ano que eu fiz meus 18 anos, fiquei de maior. Aí foi quando eu recebi um baque: que aos meus dezoito anos foi quando a minha irmã sofreu um assassinato. Um caso assim, vamos se dizer, uma transfobia, e tipo assim, o maior sonho da minha irmã, ela queria que eu vivesse aquilo que ela não viveu. Porque ela pegou aquela época, aquela geração de Rebeca. Onde os meninos chacoteavam dela, jogavam bolinha de papel, queria pegar na porta da escola, fazer e acontecer. (MAYANA, 2020).

O excerto acima nos faz refletir na transfobia que são acometidas essas mulheres transexuais, que sofrem perseguição, estigmatização e marginalização da sociedade. O transfeminicídio cresce a cada ano no Brasil. Corroborando com essa assertiva, dados da ANTRA (2021), revelam que em 2020 foram cometidos 175 assassinatos contra mulheres transexuais e travestis, ranking mundial que o país lidera desde 2008. De acordo com Jesus, “pessoas trans ainda não são vistas como seres humanos, mas como seres abjetos, porque não são inteligíveis para os padrões hegemônicos de gênero (fundamentados no binarismo) e até mesmo de sexualidade” (2013, p. 105).

As narrativas de Rebeca e Mayana nos ajudaram compreender um pouco sobre a realidade desumana que as mulheres transexuais estão expostas, seja no meio social, seja no espaço escolar. Revelaram também as dificuldades para a inserção no mercado de trabalho, o inevitável caminho à prostituição e os crimes de ódio a que estão vulneráveis.

CONSIDERAÇÕES

A disciplina Educação em Ciências, Cultura e Sociedade nos possibilitou importantes discussões relacionadas ao campo da educação, gênero e sexualidade. Enquanto parte integrante das atividades avaliativas do componente curricular ECCS, a realização do Seminário Educação, Diversidade de Gênero e Sexual foi fundamental para refletirmos sobre as diferenças, sobre o diferente e a representação do diferente. Para Santos (1997, p. 97): “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza. Este é, consabidamente, um imperativo muito difícil de atingir e de manter”.

Com a realização do componente curricular, ampliamos também os nossos conhecimentos sobre a diversidade cultural e o multiculturalismo, ao compreendermos que a formação da cultura atravessa vários aspectos como a política, a família, os costumes, religião, entre outras características peculiares de um grupo social. O Brasil é um país que apresenta um pluralismo cultural muito rico, pois, reúne diversas culturas existentes em suas regiões. A cultura “é produto da ação do homem. Os homens a produzem e são produzidos por ela” (WHITAKER, 2003, p. 18). Ainda para a autora,

Os hominídeos que ainda não tinham chegado a homo-sapiens,

já manipulavam ferramentas e já tinham organização familiar. Essa possibilidade de fabricar instrumentos, construir regras de parentesco e modos de vida foi aperfeiçoando culturalmente o homem para torná-lo humano; o que nos dá também uma possibilidade de esperança, pois, quando Paulo Freire diz que o ser humano é um animal inconcluso, ele está correto, porque a cultura está em transformação e o homem está aberto a outras possibilidades de aprendizado e essas são muitas (WHITAKER, 2003, p. 18).

A discussão sobre a educação na perspectiva da sexualidade e do gênero nos possibilitou uma maior e melhor compreensão da relação da escola com o trato dessas questões. Para Louro (2011, p. 66) a educação

Se constituiu, historicamente, como um campo normalizador e disciplinador. O campo da Educação opera, muito expressivamente, na perspectiva da heteronormatividade – ou seja, dentro da norma heterossexual, quer dizer, no entendimento de que todo mundo é, ou deveria ser, heterossexual.

Ainda para a autora, “as transformações trazidas por esses campos¹⁰ ultrapassam o terreno dos gêneros e da sexualidade e podem nos levar a pensar, de um modo renovado, não só a educação, mas a cultura, as instituições, o poder, as formas de aprender e de estar no mundo” (LOURO, 2011, p. 69).

Podemos também destacar a importância e pertinência de conhecermos e refletirmos sobre a realidade das mulheres transexuais, seja no

¹⁰ Os campos teóricos que se constituíram a partir de ou em conjunto com os movimentos sociais.

contexto social ou no educacional e percebermos o quanto essas pessoas são cruelmente invisibilizadas e marginalizadas pela sociedade.

A disciplina Educação em Ciências Cultura e Sociedade contribuiu para pensarmos o processo educativo e o papel da educação na sociedade contemporânea com vistas a uma formação humanizadora e que privilegie o respeito às diversidades. Nessa direção, Whitaker afirma que,

O homem pode tornar-se mais humano ou desumanizar-se. A cultura aperfeiçoada via educação, movimentos sociais, ação política, etc., pode levar os sujeitos a um grau de humanização adequado. Ou se a cultura não se desenvolver, se ela for barrada, se for destruída, ela se desumaniza e, assim, podemos caminhar para a animalização do homem (2003, p. 18).

Por fim, a partir da perspectiva da pluralidade e diversidade cultural, a educação pode nos levar à compreensão de mundo e de cidadania com vistas à participação consciente na sociedade, a partir de atitudes de repúdio às injustiças, tendo como pilar a alteridade e o altruísmo para o desenvolvimento das relações sociais mais humanizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior no Brasil, **V Pesquisa do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de Graduação**. Brasília, 2019.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021, 136p.

BENTO, Berenice Alves de Melo. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 548-559, maio/ago. 2011.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 164p.

CALDAS, Luiz; RASEC, César. **Respeito é bom e eu gosto**. Intérprete: Luiz Caldas. 2019. (4 min 20).

JESUS, Jaqueline Gomes. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, v. 16, n. 2, p. 101-123, 2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de Gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? *In*: RIBEIRO, Paula Regina Costa, MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Orgs.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da Furg, 2017. p. 25-52.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre a Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 62-70, jan./jul. 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma

perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEYER, Dagmar E. Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima. Modo de ver e de se movimentar pelos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista em Educação: o que podemos aprender com – e a partir de – um filme. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (Orgs.). **Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005, p. 23-44.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Célia de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PASSEGGI, Maria da Conceição. A experiência em formação. **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 147-156, maio/ago. 2011.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos. Notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos Pagu**, n. 25, p. 217-248, jul./dez. 2005 .

REIS, Toni; HARRAD, David. **Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional no Brasil**. As experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais em nossos ambientes educacionais. Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABGLT), 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 48, p.11-32, jun. 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUZA, Érica (Coord.) **Relatório descritivo Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas para homens trans**. Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT e do Departamento de Antropologia e Arqueologia. Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

SOUZA, Elizeu Clementino. A arte de contar e trocar experiências: reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida em formação. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 25, n. 11, p. 22-39, jan./abr. 2006.

SOUZA, Elizeu Clementino. (Auto)biografia, identidades e alteridade: modos de narração, escritas de si e práticas de formação na pós-graduação. **Revista Fórum Identidades**, v. 4, ano 2, p. 37-50, jul./dez. 2008.

SOUZA, Marcos Lopes de; DUARTE, Ana Cristina Santos. **Plano de Curso da disciplina Educação em Ciências, Cultura e Sociedade**, 2020.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Ideologia e cultura: como harmonizar esses conceitos tão antagônicos? In: **Teoria e prática nas Ciências Sociais**, SOUZA, Eliana Maria de Melo et al (Orgs.). Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2003.

CAPÍTULO 3

(TRANS)FORMAR PELA EDUCAÇÃO: DISCUSSÕES SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA ESCOLA

(TRANS)FORMING THROUGH EDUCATION: DISCUSSIONS ON
SEXUAL AND GENDER DIVERSITY AT SCHOOL

RESUMO

Este capítulo apresenta o relato de uma experiência vivenciada enquanto aluno especial do componente curricular Políticas Públicas Educacionais e Diversidade Cultural, do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica – PPGE - Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), a partir de uma ação interventiva realizada no mês de novembro de 2019, em uma escola de ensino médio da rede estadual de ensino. Este trabalho tem como objetivo descrever e refletir sobre o desenvolvimento da oficina “TRANSformar pela educação: gênero e sexualidade são a mesma coisa?” e analisar os seus impactos nos sujeitos/as envolvidos/as. Durante a oficina foram empregados os seguintes recursos didáticos: exposições dialogadas, exibição de vídeos, dinâmicas de grupo, projeção de slides, entre outros. Este estudo é de natureza descritiva e reflexiva e utilizou como instrumentos para a produção de dados a análise documental e os relatos experienciados pelo autor. O método (auto)biográfico permitiu a narração de experiências a partir da reflexão das ações interventivas e da interação com os/as participantes. As

análises e discussões tiveram um cunho qualitativo, ancoradas pelos pressupostos pós-estruturalistas. Os resultados revelaram que a escola deve promover mais discussões sobre a temática em pauta e que se faz necessária a desconstrução e reconstrução de algumas concepções que foram hegemônica e ideologicamente forjadas pela sociedade brasileira, o que contribui para o cerceamento do direito de ser e de se expressar de indivíduos que fazem parte de grupos minoritários fragilizados e invisibilizados pelo sistema social.

Palavras-chave: Educação. Escola. Gênero e sexualidade.

ABSTRACT

This article presents the report of an experience lived as a special student of the curricular component Educational Public Policies and Cultural Diversity, of the Postgraduate Program in Basic Education Teacher Training - PPGE - Professional Master's in Education, of the State University of Santa Cruz (Uesc), from an interventional action carried out in the month of November 2019, in a high school of the state education network. This paper aims to describe and reflect on the development of the workshop "TRANSforming through education: are gender and sexuality the same thing?" and analyze its impact on the subjects involved. The following didactic resources were used during the workshop: dialogued presentations, video screenings, group dynamics, slide shows, among others. This study is descriptive and reflective in nature and used documentary analysis and the author's own accounts as data production tools. The (auto)biographical method allowed for the narration of experiences based on reflection on the intervention actions and interaction with the participants. The analysis and discussions were qualitative, anchored in post-structuralist assumptions. The results revealed that the school should promote more discussions on the subject in question and that it is necessary to deconstruct and reconstruct some conceptions that have been hegemonically and ideologically forged by Brazilian society, which

contributes to the curtailment of the right to be and express oneself of individuals who are part of minority groups that are weakened and made invisible by the social system.

Keywords: Education. School. Gender and sexuality.

INTRODUÇÃO

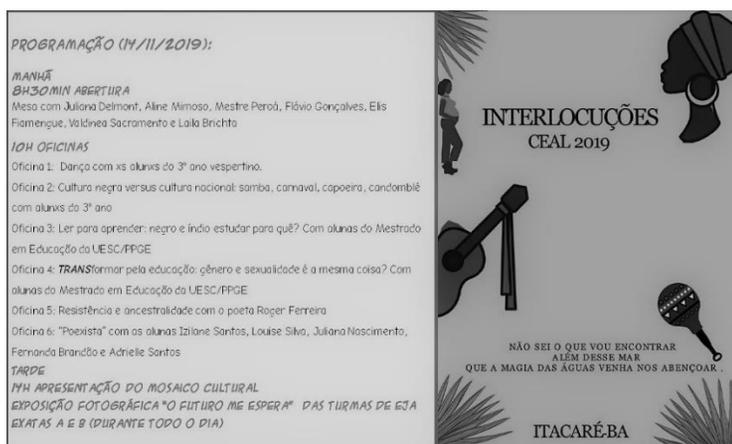
Ao longo dos anos as instituições escolares têm relegado as discussões sobre gênero e sexualidade seja por tabu, desconforto ou despreparo dos/as professores/as. Essas temáticas nos atravessam e fazem parte das nossas vidas. Observa-se o interesse cada vez maior dos/as jovens para debater sobre gênero e sexualidade para uma melhor compreensão com vistas à desconstrução de conceitos equivocados e impressões levianas que contribuem para a disseminação e cristalização do preconceito e da discriminação.

Na perspectiva de refletir sobre as múltiplas e plurais possibilidades de “ser humano”, apresento trechos da música De toda Cor, de Renato Luciano (2017): “Passarinho de toda cor / Gente de toda cor / Amarelo, rosa e azul / Me aceita como eu sou / Eu sou amarelo claro / Sou meio errado / Pra lidar com amor / No mundo tem tantas cores / São tantos sabores / Me aceita como eu sou”. Pensar no diverso é compreender e respeitar o/a outro/a a partir de sua singularidade e do caldeirão cultural que forjou a sociedade brasileira. É entender que existem outras formas de viver a sexualidade para além da heteronormatividade compulsória. É refutar “afirmações generalizadas a respeito da ‘Mulher’ e do ‘Homem’” (LOURO, p.7, 1997). Segundo a autora, “O conceito passa a exigir que se pense de modo

plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos” (p.7, 1997).

Este texto é produto da experiência da ação de um grupo de estudantes da disciplina Políticas Públicas Educacionais e Diversidade Cultural, do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica – PPGE – Mestrado Profissional em Educação. Uma das atividades da disciplina, culminou com a realização da Oficina TRANSformar pela educação: gênero e sexualidade são a mesma coisa? – ação de responsabilidade dos/as alunos/as do Mestrado em parceria com o Projeto Interloquções entre comunidades indígenas e afro-brasileiras, da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), conforme programação abaixo:

Figura 1 – Prospecto Interloquções CEAL 2019



The image shows a prospectus for the 'Interloquções CEAL 2019' event. It is divided into two main sections: a text-heavy left side and a graphic right side. The left side, titled 'PROGRAMAÇÃO (14/11/2019):', lists the schedule for the day, starting with a morning opening table and followed by six workshops (Oficinas) covering topics like dance, culture, education, and poetry. It concludes with a cultural mosaic presentation and a photographic exhibition. The right side features a grey background with silhouettes of a person, a woman's head, and a guitar. The title 'INTERLOQUÇÕES CEAL 2019' is prominently displayed, along with a quote in Portuguese and the location 'ITACARÉ-BA'.

PROGRAMAÇÃO (14/11/2019):

MANHÃ
BH30MIN ABERTURA
Mesa com Juliana Delmont, Aline Mimoso, Mestre Peró, Flávio Gonçalves, Elis Fiamengue, Valdivina Sacramento e Laika Brichta

10H OFICINAS

Oficina 1: Dança com xs alunos do 3º ano vespertino.
Oficina 2: Cultura negra versus cultura nacional: samba, carnaval, capoeira, candomblé com alunos do 3º ano
Oficina 3: Ler para aprender: negro e índio estudar para quê? Com alunas do Mestrado em Educação da UESC/PPGE
Oficina 4: **TRANS**formar pela educação: gênero e sexualidade é a mesma coisa? Com alunas do Mestrado em Educação da UESC/PPGE
Oficina 5: Resistência e ancestralidade com o poeta Roger Ferreira
Oficina 6: "Poexista" com as alunas Izilene Santos, Louise Silva, Juliana Nascimento, Fernando Branco e Adrielle Santos

TARDE
14H APRESENTAÇÃO DO MOSAICO CULTURAL
EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA "O FUTURO ME ESPERA" DAS TURMAS DE EJA EXATAS A E B (DURANTE TODO O DIA)

INTERLOQUÇÕES
CEAL 2019

NÃO SEI O QUE VOU ENCONTRAR
ALÉM DESSE MAR
QUE A MAGIA DAS ÁGUAS VENHA NOS ABEENÇOAR.

ITACARÉ-BA

Fonte: colégio estadual Aurelino Leal, 2019.

A oficina era parte integrante de mais cinco oficinas que compunham a programação do evento, realizado no dia 14 de novembro de 2019, no turno matutino, pelo Colégio Estadual Aurelino Leal (Ceal), para estudantes do ensino médio.

Este capítulo tem como objetivo apresentar aspectos da concepção, do planejamento, da realização e da avaliação da oficina TRANSformar pela educação, levando em consideração os impactos da ação nos sujeitos/as envolvidos/as, ou seja, os/as alunos/as e os/asicineiros/as.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo é de abordagem qualitativa a qual “se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2002, p. 21-22). É de cunho descritivo e reflexivo, do tipo relato de experiência. Utilizou-se do método (auto)biográfico que possibilitou construir narrativas a partir de reflexões dos relatos da experiência vivenciada em um processo de desenvolvimento profissional docente, a partir de uma proposta da disciplina Políticas Públicas Educacionais e Diversidade Cultural, do Programa de Mestrado em Educação da UESC, para a realização de uma oficina para 33 jovens do ensino médio, de uma escola pública da rede estadual de Itacaré. Para Passeggi a reflexividade autobiográfica é “entendida como o retorno sobre si mesmo, para tirar lições de vida, e a noção de formação” (2011, p. 153). Corroborando com essa assertiva Souza (2008, p. 38) compreende a abordagem autobiográfica “como uma metodologia de trabalho que possibilita tanto ao formador, quanto aos sujeitos em processos de formação significar suas histórias de vida, através das marcas e dispositivos experienciados nos contextos de sua formação”.

Para a elaboração desse texto, também foi utilizado um levantamento

bibliográfico, no qual foram selecionados artigos relacionados às questões de gênero, sexualidade e educação. Para a produção dos dados, foram utilizadas minhas narrativas bem como a análise documental a partir dos fragmentos da carta de intenção redigida pelos/as estudantes participantes da oficina. As análises e discussões tiveram um cunho qualitativo considerando os pressupostos pós-estruturalistas. Entende-se como pós-estruturalismo “o movimento criativo que enfatiza a abertura, jogo e uma oposição de verdades ou valores finais ou absolutos” (WILLIAMS, 2012, p. 93).

3 ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DA OFICINA (TRANS)FORMAR PELA EDUCAÇÃO

3.1 A Concepção

A oficina foi elaborada a partir de uma proposta da professora responsável pela disciplina Políticas Públicas Educacionais e Diversidade Cultural, componente da matriz curricular do Mestrado em Educação da UESC.

O tema gerador foi indicado pelos/as alunos/as do Colégio Estadual Aurelino Leal, do município de Itacaré. A turma do mestrado foi dividida em dois grupos compostos por cinco pessoas cada um. O grupo o qual fiz parte discutiu a educação na perspectiva do gênero e sexualidades e, assim, foi criado o título da oficina: TRANSformar pela educação: gênero e sexualidade são a mesma coisa?

Durante algumas semanas, realizamos, em sala de aula (no Mestrado), várias leituras, discussões e pesquisas que contribuíram para a concepção e o planejamento da atividade. Autores/as como Louro (1997, 2000) e Junqueira (2007) que discutem gênero, sexualidade e educação contribuíram com o nosso arcabouço teórico para realizarmos o planejamento da atividade.

Particularmente a ideia de realizar a oficina para jovens em uma escola me deixou apreensivo diante da responsabilidade de abordar uma temática tão delicada e polêmica, dentro de um espaço social que com frequência

“produz um discurso repressivo, centrado na medicalização, na ‘naturalização da heterossexualidade’, na ‘heterossexualização compulsória’, na propaganda da conjugalidade heterossexual e à revelia do conhecimento científico” (JUNQUEIRA, p. 64, 2007). O nosso planejamento bem como a orientação da professora responsável pela disciplina teve um papel fundamental para o bom desenvolvimento do trabalho.

3.2 O Planejamento e os Objetivos

Após várias leituras, pesquisas e discussões, elaboramos o plano de ação para nortear a realização da oficina e, com isso, estabelecemos alguns objetivos. O nosso propósito principal foi promover uma discussão e reflexão acerca de identidade de gênero e orientação sexual, entre os/as jovens do ensino médio, a partir de conceitos e dados estatísticos que os/as convidassem a pensarem sobre o processo de exclusão social vivenciado pelas pessoas que compõem o espaço escolar e que são consideradas fora do padrão heteronormativo e de gênero, impostos pelo pensamento social hegemônico. Apresento abaixo, os objetivos específicos da ação:

a) Objetivos específicos

- Refletir acerca de Identidade de Gênero e Orientação Sexual;

- Conhecer conceitos e dados que convidem os alunos a pensarem sobre o processo de exclusão social vivenciado pela diversidade de gêneros que compõem o espaço escolar;
- Discutir sobre importância da Inclusão Social, dos Direitos Humanos e da Diversidade (Pluralidade) no espaço escolar para o processo da formação humana de indivíduos, e a necessidade de oferta de *lôcus* de discussões sobre esta temática no ambiente escolar.

b) Ações para a organização do ambiente da oficina:

- Ornamentação da sala: cortina colorida e painel;
- Recepção dos/as alunos/as: post-it para identificação dos/as alunos/as e oficinairos/as;
- Organização das cadeiras em círculo;
- Instalação do projetor de slides e aparelho de som.

c) Sequência didática

1º Momento: Recepção dos/as alunos/as com uma breve apresentação, dispondo-os/as em círculo. Em seguida, foram destacados os objetivos da oficina.

2º Momento: Sensibilização dos/as alunos/as com as seguintes dinâmicas.

- Atividade na cadeira - solicitamos um menino e uma menina que sentassem de costas um para o outro, onde através de objetos, palavras e expressões eles/elas deveriam dizer com o que se identificam. Após esse momento, foi aberta a discussão dos motivos que os/as levaram a se identificarem com objetos, hábitos, palavras e outros.
- Vídeo 1- História da visão hegemônica de gênero - Dráuzio Varella (1min30s).

3º Momento: Discussão de conceitos de Gênero e sexualidade.

- Mediação de dois vídeos que tratam dos conceitos, bem como de designações e nomenclaturas.

4º Momento: Apresentação de dados educacionais gerais e da realidade de Itacaré.

5º Momento: Exibição de vídeo sobre o Adolescentro em Brasília; Exibição da Música: “De toda Cor”, de Renato Luciano; e Construção, pelos alunos/as, de uma carta de intenção.

3.3 A realização

No dia 04 de novembro chegamos ao Colégio Estadual Aurelino Leal, na cidade de Itacaré, e conhecemos a sala em que a oficina seria realizada.

Organizamos o espaço, checamos os equipamentos e o material, e aguardamos a chegada dos/as alunos/as que estavam em outra atividade do evento.

A oficina começou às 10h40 e terminou às 12h25 (horários aproximados). Como já dito, a atividade contou com a presença e participação de 33 alunos/as, do Ensino Médio. No primeiro momento, os/as participantes foram recepcionados/as por toda a equipe e receberam uma etiqueta para identificá-los/as. No segundo momento, realizamos uma dinâmica com a participação de dois/duas alunos/as voluntários/as. Eram apresentados objetos, palavras e os/as participantes sinalizavam quanto à sua identificação ou não com o item ou termo apresentado. Essa atividade tinha como objetivo verificar o que os/as alunos/as consideravam ser do universo masculino e/ou do feminino.

Figura 2 – Durante a realização da oficina



Fonte: próprio autor, 2019.

Em seguida foi exibido um vídeo sobre a História da visão hegemônica de gênero, de Dráuzio Varella. A partir da dinâmica e da exibição do vídeo, foi oportunizado aos/às alunos/as a participação nas reflexões e discussões sobre a questão do gênero.

Somente no terceiro momento abordamos alguns conceitos sobre gênero e sexualidades tendo como suporte a exibição de dois vídeos que apresentavam conceitos, designações e nomenclaturas e serviram para provocar novas discussões.

No quarto momento, com o auxílio do projetor de slides, apresentamos dados educacionais das escolas de ensino médio da Bahia bem como do município de Itacaré, que revelaram informações sobre matrícula, rendimento escolar, índice de desenvolvimento da educação básica, entre outros aspectos. Foram apresentados, também, dados estatísticos relacionados às pessoas trans e travestis correspondentes ao índice de assassinatos, suicídios, agressão física, evasão escolar, acesso à educação superior, ocupação profissional e expectativa de vida. Logo após, apresentamos um painel que também trazia dados educacionais.

Em seguida exibimos um vídeo sobre o projeto Adolescentro, da cidade de Brasília e o encerramento culminou em dois outros momentos: primeiro distribuimos, de forma impressa, a letra da música “De toda Cor”,

de Renato Luciano, que foi cantada por todos/as os/as participantes, ao som do clip oficial; por fim, foi solicitamos aos/às alunos/as que construísem, individualmente, uma carta de intenção com sugestões de como a escola poderia se tornar um lugar mais acolhedor para todos/as, respeitando a individualidade e singularidade de cada estudante.

4 REFLEXÃO E AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DAS OFICINAS NAS/OS SUJEITAS/AS ENVOLVIDAS/OS

A escola é uma instituição social que tem um papel de formar e preparar pessoas para a apropriação do saber, o exercício da cidadania, a qualificação para o trabalho e para o desenvolvimento da consciência crítica da realidade em que estão inseridas.

Segundo Paro (2011) a educação deve ser transformadora e o ambiente escolar deve ser um lugar de acolhimento e proteção social. Assim, o processo de ensino deve considerar as singularidades e as particularidades de cada indivíduo em suas diversas dimensões. A Constituição Federal em seu artigo 206 apresenta alguns princípios em relação ao ensino e, dentre eles, sublinha-se “igualdade de condições para acesso e permanência na escola e liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, p. 123, 1988). Nessa perspectiva, abordar questões de gênero e sexualidade é de fundamental importância para a formação cidadã dos/as aprendizes.

4.1 Perspectiva dos/as oficinairos/as

A realização da oficina TRANSformar pela educação foi um grande desafio para mim e para os demais colegas parceiros/as. Durante a concepção e planejamento adentramos em um universo novo, realizamos leituras e

tivemos uma noção o quão é difícil à realidade do grupo LGBTQIA+, em especial, a realidade das pessoas trans e travestis.

As leituras realizadas dos artigos Gênero, sexualidade e educação e Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas, da autora Guacira Lopes Louro, nos instrumentalizaram conhecimentos que contribuíram sobremaneira para a construção da nossa concepção sobre essas temáticas. Aprendi que os conceitos de gênero ultrapassam a binaridade de masculino x feminino ou homem x mulher e que entre eles existem outras possibilidades de identificação. Segundo Joan Scott (s/d, apud LOURO, 1997, p. 31),

É constante nas análises e na compreensão das sociedades um pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros; usualmente se concebem homem e mulher como polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão. Para ela seria indispensável implodir essa lógica.

Os artigos também colaboraram para construção do conceito de sexualidade e das variadas possibilidades de vivê-la e de experimentá-la. Novas descobertas foram reveladas e novos conhecimentos foram assimilados o que proporcionaram uma maior compreensão e aprofundamento sobre a temática em discussão. Nesse sentido, Junqueira (2007, p. 59) afirma que,

É importante que no campo da educação falemos de “educação na diversidade”, “para a diversidade” e “pela diversidade”, pois elas dizem respeito ao aprendizado da convivência social cidadã e democrática, além de possuírem um papel estratégico na

promoção da igualdade de oportunidades, na inclusão e na integração social.

A pesquisa realizada para o levantamento de dados educacionais e dados sobre as pessoas trans e travestis foi imprescindível para o nosso aprendizado e para nos aproximarmos da realidade desses/as sujeitos/as. Vou me deter, neste texto, somente aos dados reveladores da condição indigna, violenta e devastadora que é exposta a esse grupo minoritário e marginalizado pela sociedade, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 – Dados estatísticos da realidade de pessoas trans e travestis no Brasil

Aspectos	Percentual (%)	Instituição / Entidade	Ano
Graduados no ensino superior – Instituições Federais do Brasil.	0,2%	ANDIFS – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.	2018
Agressões verbais sofridas na escola por estudantes que não se declaram héteros.	73% dos estudantes. Já as agressões físicas ocorreram com um a cada 04 desses alunos.	Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT).	2016
Dos 1.016 jovens ouvidos na pesquisa da Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT).	55% afirmaram ter ouvido, ao longo do ano anterior, comentários negativos especificamente a respeito de pessoas trans no ambiente escolar, e 45% disseram que já se sentiram inseguros devido à sua identidade de gênero.	Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT).	2016
Evasão escolar de travestis e transexuais.	Estima-se que o país concentre 82% de evasão.	Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).	2016

Aspectos	Percentual (%)	Instituição / Entidade	Ano
Jovens de 15 a 29, sobretudo pessoas trans do gênero feminino.	85,7% dos homens trans já pensaram em suicídio ou tentaram cometer o ato.	Relatório "Transexualidades e Saúde Pública no Brasil", do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT e do Depto. de Antrop. e Arqueologia.	2015
Tentativas de suicídios para pessoas trans e população em geral.	42 a 46% para pessoas trans e travestis, comparado a 4,6% da população em geral.	ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais.	s/d
Ocupação Profissional.	90% em prostituição.	REDE TRANS – Dossiê a Geografia dos Copos Trans.	2017
Relação entre a média de expectativa de vida das pessoas trans e travestis e brasileiros.	35 anos para pessoas trans e travestis e 76 aproximadamente para os brasileiros.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.	2017

Fontes: ANDIFS, ABLGBT, OAB, ANTRA, REDE TRANS, IBGE e NDHC – LGBT, (2016-2018).

Nota: dados organizados pelo próprio autor.

A realização dessa oficina também me possibilitou perceber a cruel e desumana realidade desses/as sujeitos/as. Ser uma pessoa trans no Brasil é quase uma sentença de morte: a violência social afeta essas pessoas em diferentes dimensões - da psíquica à física - e, certamente, as tornam vulneráveis, e assim contribui para a desestabilização de suas relações sociais o que reverbera negativamente em sua trajetória escolar e de vida.

Os dados apresentados na tabela acima revelam um contexto opressor e de ódio que a população LGBTQIA+ é submetida. Corroborando com essa

assertiva Freitas e Castro definem o discurso de ódio como um discurso que “apresenta como elemento central a expressão do pensamento que desqualifica, humilha e inferioriza indivíduos e grupos sociais” (FREITAS; CASTRO, 2013, p. 344). Os crimes de ódio são, segundo Jesus “motivados por preconceito contra alguma característica da pessoa agredida que a identifique como parte de um grupo discriminado, socialmente desprotegido, e caracterizado pela forma hedionda como são executados” (2013, p. 113).

É necessária uma reflexão sobre as relações de poder estabelecidas pelas classes dominantes e a ideologia impregnada em suas ações que discrimina, invisibiliza, violenta, oprime e desumaniza essas pessoas.

4.2 Perspectiva das/os alunas/os participantes

Na perspectiva das aprendizagens e participação dos/as alunos/as durante a oficina, percebi o alto nível de interesse e envolvimento por parte dos/as estudantes. A interação deles/as conosco foi de fundamental importância para o desenvolvimento e o sucesso da oficina. De um modo geral, os/as alunos/as ficaram bastante à vontade com a discussão: participavam, refletiam, opinavam, discutiam e traziam exemplos da sua realidade social e educativa.

Figura 3 – Participantes da Oficina



Fonte: Próprio autor, 2019.

Observei também que alguns/mas alunos/as ainda têm dificuldade em discutir o tema abordado ao tempo em que outros/as se sentiam bastante confortáveis. Pude identificar possíveis alunos/as homossexuais na sala de aula e suas reações, especialmente, quando foram discutidos três aspectos:

- O primeiro quando dissemos que cada ser humano tem sua individualidade e singularidade e que deve ser respeitado do jeito que são.
- O segundo quando ressaltamos que ninguém escolhe a sexualidade - ela se impõe, não é uma opção.
- O terceiro quando eu coloquei que tanto a heterossexualidade quanto à homossexualidade se apresentam de forma natural para as pessoas. Com a

mesma naturalidade que as pessoas heterossexuais¹¹ se percebem desde a infância, os/as homossexuais também. Falei da minha condição de não se enquadrar no padrão heteronormativo, pois, também de forma natural me percebo do jeito que sou e que o problema está no/a outro/a, na forma em que a sociedade encara essas pessoas.

Após essas discussões, percebi claramente a reação de uma aluna, como ela vibrou, se sentiu empoderada nesse instante. Talvez, até o momento, ela acreditasse que era um ser estranho, que talvez fosse um problema para a sociedade. Fiquei muito feliz com a mensagem que foi transmitida durante a oficina.

Na verdade, a ideia era subsidiar uma discussão sobre a temática a partir de questões que versavam sobre direitos humanos, inclusão social, equidade, diversidade de gênero e sexualidade e, especialmente, disseminar o respeito ao próximo. Nessa direção, Junqueira (2007, p. 59) assevera que,

A “educação na diversidade” trabalha na perspectiva de incluir o “outro” (visa o seu pertencimento a todos os espaços sociais). A “educação para a diversidade” volta-se para a abertura em relação ao “novo”, o reconhecimento da legitimidade da “diferença” (e a reflexão acerca de sua produção). A “educação pela diversidade” vale-se das potencialidades oferecidas pela diversidade. O convívio entre pessoas diferentes efetivamente incluídas e reconhecidas enquanto tais representam grandes oportunidades de aprendizado: a diversidade, sobretudo neste

¹¹ A identidade masculina branca heterossexual é o exemplo mais acabado da invisibilidade da norma. Ela é, por excelência, não-problemática. Para muitos, ela não é somente a identidade normal, mas é, antes de tudo, "natural" (LOURO, 2000, p. 69).

caso, constitui um importante recurso pedagógico. **A diversidade ensina.**

Como já mencionado, a culminância da oficina aconteceu por meio da construção individual, por parte dos/as alunos/as, de uma carta de intenção com sugestões de como a escola poderia se tornar um lugar mais acolhedor para todos/as. Ressaltamos que devido à impossibilidade de ter acesso às cartas escritas durante a oficina, solicitamos por meio do whatsapp, que os/as alunos/as reproduzissem e enviassem o que havia escrito nas cartas. Para essa ação, contamos com o auxílio da monitora da atividade que também é estudante da escola.

O levantamento dos dados gerou fragmentos dos registros de 08 alunos/as, identificados/as pelas letras de A à H que após serem codificados, foram reagrupados e deram origem a 03 categorias emergentes: indicando a necessidade de mais discussões sobre a temática; apontando a escola como um lugar de acolhimento; e preocupando-se com a importância da presença de profissionais de saúde e técnicos/as capacitados/as.

a) Indicando a necessidade de mais discussões sobre a temática

Essa categoria representa o anseio dos/as alunos/as pela necessidade de mais discussões sobre as questões de gênero e sexualidade na escola, por meio de seminários, de palestras, de oficinas bem como na sala de aula,

conforme expressam os excertos abaixo:

“Mais seminários ou bate-papos para esclarecer qualquer tipo de dúvidas e quebrar tabus”
(A1).

“Aulas dinâmicas sobre o tema” (B2).

“Ter mais palestras, ou aula nem que seja um dia na semana para tratar desse ou de outro assunto [...]” (C3).

“O colégio já é muito bom em relação a esses assuntos tanto que oficinas como essas acontecem, mas alguns alunos ainda não aprenderam sobre tal assunto, então a escola poderia reforçar nos alunos mais esses assuntos” (G7).

“A escola deve abordar esse assunto mais vezes e que o único colégio que estudei que deu abertura pra esse tipo de palestra, muito importante!” (H8).

Observa-se que as falas dos/as alunos/as traduzem o desejo de uma maior participação da escola nessas discussões. A instituição escolar deve formar os/as educandos/as para a cidadania e sensibilizá-los/as para o reconhecimento e o respeito ao diverso. Nessa direção, Louro (1997, p.59) afirma que “Os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar”.

b) Apontando a escola como um lugar de acolhimento

Enquanto instituição social, a escola deve ser um ambiente

harmonioso e deve assegurar um espaço agradável para que os/as alunos/as e os/as professores/as se sintam acolhidos/as e confortáveis para discutir sobre as mais variadas questões. Essa atmosfera de tranquilidade é sobremaneira necessária para o efetivo desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem. Os fragmentos a seguir revelam o sentimento dos/as alunos/as quanto ao acolhimento no ambiente escolar:

“Fazer a escola ser um lugar de acolhimento e não de rejeição” (D4).

“[...] ter pessoas mais solidárias querendo ajudar os estudantes” (C3).

A escola deve ser um lugar democrático e considerar a pluralidade e a diversidade dos/as educandos/as. Entretanto, nem sempre observamos essa realidade. Corroborando com esse pensamento, Louro (1997, p. 57) nos chama a atenção que “Diferença, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso”. A instituição escolar deve estar preparada para o acolhimento dos/as estudantes considerando não somente os marcadores sociais de gênero e de sexualidade, bem como os marcadores sociais de classe, étnicos, entre outros.

c) Preocupando-se com a importância da presença de profissionais de saúde e técnicos/as capacitados/as

Durante a análise dos dados produzidos pelos/as alunos/as, notamos que estes/as revelaram uma preocupação com a importância da presença de

profissionais de saúde e técnicos/as capacitados/as para o acolhimento e acompanhamento das questões que envolvem gênero e sexualidade na escola, conforme abaixo:

“Funcionários cada vez mais capacitados” (E5).

“[...] ter uma consulta com o psiquiatra [...]” (C3).

“Psicólogo e jogos que exercitem a mente” (F6).

Nessa direção, as instituições de ensino devem motivar e possibilitar a participação dos/as trabalhadores/as da educação, em cursos de formação continuada que versem sobre inclusão social, diversidade sexual e de gênero, direitos humanos, entre outros. Por outro lado, devem também assegurar um atendimento e acompanhamento dos/as discentes em situação de vulnerabilidade por sua condição de gênero e/ou sexualidade por meio de uma equipe multidisciplinar. Nesse sentido, a Resolução 01 do Conselho Nacional de Educação (CNE), em seu art. 6º, estabelece que “os Órgãos colegiados dos estabelecimentos de ensino, em suas finalidades, responsabilidades e tarefas, incluirão o previsto exame e encaminhamento de solução para situações de discriminação, buscando-se criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade” (BRASIL, 2004, p. 2).

As discussões realizadas durante a oficina e os relatos registrados

pelos/as alunos/as na carta de intenção revelaram a necessidade de provocar essas discussões para romper os preconceitos e minimizar os tabus que professores/as e escolas perpetuam ao longo dos anos; o desejo que a escola se transforme em um lugar de acolhimento; a importância de capacitar os profissionais de apoio para lidar com essa questão; e a necessidade de uma equipe disciplinar que assegure o acompanhamento e acolhimento dos/as alunos/as em condições de vulnerabilidade em suas múltiplas dimensões.

CONSIDERAÇÕES

A educação deve ser libertadora, deve transcender a mera apropriação do saber. A formação de indivíduos conscientes de seu papel social e sua condição enquanto sujeitos/as responsáveis pela transformação de uma sociedade mais digna, igualitária e democrática deve ser o mote da escola.

Nessa perspectiva é mister a discussão nas instituições de ensino sobre cidadania, inclusão social, direitos humanos, democracia, respeito e igualdade para possibilitar além do desenvolvimento cognitivo, a emancipação dos sujeitos potencializando o caráter reflexivo e crítico.

Particularmente a discussão sobre gênero e sexualidade se faz necessária para desconstruirmos e reconstruirmos algumas concepções que foram hegemônica e ideologicamente forjadas pela sociedade brasileira o que provocou o cerceamento do direito de ser e de se expressar de indivíduos que fazem parte de grupos minoritários fragilizados e invisibilizados pelo sistema.

Destarte, a oficina TRANSformar pela educação: gênero e sexualidade são a mesma coisa? nos oportunizou momentos fulcrais para a nossa formação enquanto mestrandos em educação bem como para a formação dos jovens quando, juntos/as, realizamos reflexões e debates necessários para a compreensão de nossa existência e a da existência do/a

outro/a enquanto sujeitos/as de direitos na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior no Brasil , **V Pesquisa do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de Graduação**. Brasília, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004.

CUNHA, Thaís; HANNA, Wellington. 2017. *Expulsos da Escola: Discriminação rouba de transexuais o direito ao estudo*. Disponível em: <<https://bit.ly/2ewRfPg>>. Acesso em 10 set. 2019.

FREITAS, Riva Sobrado de; CASTRO, Matheus Felipe de. Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. **Sequência**, Florianópolis, n. 66, p. 327-355, jul. 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Estatística – **Tábua expectativa de vida ao nascer – Brasil – 1940/2017**. Disponível em:<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23200-em-2017-expectativa-de-vida-era-de-76-anos>>. Acesso em: 19 set., 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, v. 16, n. 2, p. 101-123, 2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: SWAIN et. al. RIBEIRO, Paulo Regina Costa (Org.) et. al. **Corpo, Gênero e Sexualidade: discutindo práticas educativas**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2007. p. 59-69.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 25, n. 2, jul./dez. 2000.

LUCIANO, Renato. **De toda Cor**. Intérprete Renato Luciano. 2017. (5 min 29).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; AQUINO, Tathiane Araújo; CABRAL, Euclides Afonso. **Dossiê: a Geografia dos Corpos das Pessoas Trans**. Rede Trans, Brasil, 2017.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

PASSEGGI, Maria da Conceição. A experiência em formação. **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 147-156, maio/ago. 2011.

REIS, Toni; HARRAD, David. **Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional no Brasil**. As experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais em nossos ambientes educacionais. Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (ABLGBT), 2016.

SOUZA, Érica (Coord.) **Relatório descritivo Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas para homens trans**. Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT e do Departamento de Antropologia e Arqueologia. Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

SOUZA, Elizeu Clementino de. (Auto)biografia, identidades e alteridade: modos de narração, escritas de si e práticas de formação na pós-graduação. **Revista Fórum Identidades**, v. 4, ano 2, p. 37-50, jul./dez. 2008.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Tradução de Caio Liudvig. Petrópolis: Vozes, 2012.

SEÇÃO DE RESUMO

**“ANDE COMO UM MENINO, NÃO FIQUE REBOLANDO
IGUAL A UMA MENINA!” ENTRELAÇAMENTOS DAS
ABORDAGENS SOBRE CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE
NA VIDA DE UM GAY EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS**

**"WALK LIKE A BOY, DON'T ROLL AROUND LIKE A GIRL!"
INTERTWINING APPROACHES TO THE BODY, GENDER
AND SEXUALITY IN THE LIFE OF A GAY MAN IN
EDUCATIONAL CONTEXTS**

RESUMO

A frase “Ande como um menino, não fique rebolando igual a uma menina!” é de uma professora do 4º ano do ensino fundamental, de uma escola pública de Itabuna-Bahia e que retrata uma experiência constrangedora e humilhante que o autor/pesquisador vivenciou. Os contextos educacionais são atravessados pela produção universalizante e hegemônica de (im)possibilidades de ser mediante a lógica binária e dicotômica mulher/homem, feminino/masculino, homossexual/heterossexual, negra-o/branca-o e da/do magra-o/gorda-o. Ante o exposto, o objetivo deste estudo é investigar o processo de subjetivação de um gay em contextos educacionais, considerando as abordagens sobre corpo, gênero e sexualidade, pautadas nas narrativas do autor/pesquisador. De abordagem qualitativa, este trabalho utilizou-se do método (auto)biográfico mediante a reflexão e descrição de experiências vivenciadas ao longo trajetória de vida do autor/pesquisador no âmbito educacional. Para a análise das informações, foi realizada a opção pelos pressupostos pós-críticos e pós-estruturalistas por considerá-los mais adequados para pensar sobre o diverso, o transitório, o

provisório e o trânsito instável das identidades de gênero e sexual, bem como pensar considerando um corpo dinâmico, holístico e integrado em uma perspectiva biológica, histórica, social e cultural. A partir do referencial teórico sobre corpo, gênero e sexualidade e das memórias resgatadas pelo autor/pesquisador, o estudo evidencia que a escola/academia precisa avançar na compreensão de que as pessoas se constituem mediante identidades múltiplas, plurais e diversas e são marcadas por um processo sociocultural e histórico. É imperativo também o respeito e o reconhecimento da/o outra/o com vistas ao rompimento de padrões e discursos hegemônicos, heteronormativos e reducionistas que, por meio de estratégias de poder, estabelecem normas compulsórias de comportamento, de formas de ser e de viver, e com isso instauram e mantêm oprimidos os grupos “minoritários” como os LGBTQIA+.

Palavras-chave: Corpo. Gênero. Sexualidade. Narrativas. Educação.

ABSTRACT

The phrase "Walk like a boy, don't roll around like a girl!" comes from a 4th grade teacher at a public school in Itabuna-Bahia and portrays an embarrassing and humiliating experience that the author/researcher went through. Educational contexts are crossed by the universalizing and hegemonic production of (im)possibilities of being through the binary and dichotomous logic of woman/man, female/male, homosexual/heterosexual, black/white and thin/fat. In view of the above, the aim of this study is to investigate the process of subjectivation of a gay man in educational contexts, considering approaches to the body, gender and sexuality, based on the narratives of the author/researcher. With a qualitative approach, this study used the (auto)biographical method to reflect on and describe the experiences of the author/researcher throughout his life in the educational sphere. In order to analyze the information, we opted for post-critical and post-structuralist presuppositions because we consider them to be more appropriate for thinking about the diverse, transitory, provisional and unstable transit of gender and sexual identities, as well as thinking about a dynamic, holistic and integrated body from a biological, historical, social and

cultural perspective. Based on the theoretical framework on the body, gender and sexuality and the memories recovered by the author/researcher, the study shows that the school/academy needs to move forward in understanding that people are constituted by multiple, plural and diverse identities and are marked by a socio-cultural and historical process. It is also imperative to respect and recognize the other in order to break down hegemonic, heteronormative and reductionist patterns and discourses which, through power strategies, establish compulsory standards of behavior, ways of being and living, and thereby establish and keep "minority" groups such as LGBTQIA+ oppressed.

Keywords: Body. Gender. Sexuality. Narratives. Education.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que diferença faz a diferença. **Estudos Femininos**, v. 19, n. 2, 2011, p. 549-559. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2011000200016>. Acesso em: 29 set. 2023.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Entre batons, esmaltes e fantasias. *In*: MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela. **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008. p. 31-40.

FERRARI, Anderson; FRANCO, Elizabete. “Lidando com as homossexualidades” – a formação de professores em debate. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**. Juiz de Fora, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18679>. Acesso em: 29 set. 2023.

FERRARI, Anderson; OLIVEIRA, Danilo Araújo de Oliveira. A excêntrica família homossexual: discursos e saberes que constituem sujeitos homossexuais e suas famílias no contexto escolar. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 212, p. 3-17. Jan. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/43044/751375138990>. Acesso em: 17 set. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de Gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? *In*: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017, p. 25- 52.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo educado: Pedagogia da sexualidade**.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pró-posições**. v. 19, n. 2, maio-ago. 2008, p. 17-23. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2023.

MEYER, Dagmar Elizabeth Estermann; KLEIN, Carin; ANDRADE, Sandra dos Santos. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. **Educação em Revista**. s/v, n. 46, 2007, p. 219-239. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/Rdpn3PcrXKjt8ppzCJcfWsx/>. Acesso em: 10 set. 2023.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou Sobre como fazemos nossas investigações. *In*: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 15-22.

PASSEGGI, Maria da Conceição. A experiência em formação. **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 147-156, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/8697>. Acesso em: 29 set. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.), HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, cap. 2, p. 73-102.

SOUZA, Elizeu Clementino de. (Auto)biografia, identidades e alteridade: modos de narração, escritas de si e práticas de formação na pós-graduação. **Revista Fórum Identidades**, v. 4, ano 2, p. 37-50, jul./dez. 2008.

**A EDUCAÇÃO RELIGIOSA E OS DISCURSOS BÍBLICOS SOBRE
A REPRESENTAÇÃO DA MULHER: DA SUBALTERNIZAÇÃO À
SUBMISSÃO**

**RELIGIOUS EDUCATION AND BIBLICAL DISCOURSES ON
THE REPRESENTATION OF WOMEN: FROM
SUBALTERNIZATION TO SUBMISSION**

RESUMO

Ao longo da história a desigualdade de gênero sempre se fez presente. Observa-se que a mulher foi posta (e ainda está) em uma posição inferior à do homem, se pensarmos como os seus direitos são violados ou restringidos. Alguns exemplos podem ser mencionados, como o recebimento de salários menores (em relação ao dos homens), pouca ocupação em cargos políticos e religiosos e a ideia de que é exclusivamente da mulher o papel da criação das/dos filhas/os e dos afazeres domésticos. A educação – seja no contexto escolar/acadêmico, seja no contexto religioso - também reforça a desigualdade de gênero. O objetivo deste trabalho é identificar e analisar os versículos da bíblia que produzem discursos relacionados à representação social da mulher junto ao homem. Não podemos falar em produção de discursos sem estabelecer uma relação com a linguagem, aqui entendida como dinâmica, heterogênea e não neutra. De natureza qualitativa, o estudo foi realizado com base na pesquisa documental e revisão bibliográfica. As informações foram discutidas mediante a análise do discurso e com base nos pressupostos pós-estruturalistas que exigem desestabilizar e problematizar os discursos produzidos como verdades absolutas. Requer também questionar e colocar sob suspeita as práticas sociais e culturais que, por meio do controle

e da vigilância, normalizam condutas e padronizam comportamentos impostos pela sociedade, em um campo de disputa que se estabelece por meio das relações de poder. De acordo com esses pressupostos, o sujeito é constituído no âmbito da linguagem que pautada nas forças discursivas disciplinam e nomeiam as pessoas. Os resultados encontrados apontam alguns versículos que põem a mulher em sujeição aos homens, como um ser inferior e responsável pelos afazeres domésticos, o que ratifica que os discursos sociais marcados pelo patriarcado, pelo machismo e pela discriminação de gênero são perpetuados até os dias de hoje. O livro de Gênesis 2:22 versa que “com a costela que havia tirado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher a levou até ele”. Este enunciado é atravessado pelo discurso religioso cristão que inferioriza a mulher, pois, desde a sua gênese, ela já era colocada em um lugar menor. Em, pelo menos, 03 versículos encontramos enunciados que coloca a mulher em uma condição de submissão em relação ao homem, como no livro de 1 Pedro 3:1 “Do mesmo modo, mulheres, sujeite-se cada uma a seu marido...”; em Tito 2:5 “[...] estejam ocupadas em casa, a serem bondosas e sujeitas a seus maridos”; e no livro de Colossenses 3:18 “Mulheres, sujeite-se cada uma a seu marido, como convém a quem está no Senhor”. Os versículos identificados nos livros bíblicos, apresentam enunciados que põem a mulher em um lugar de

desigualdade em relação ao homem. Neles, emergem discursos religiosos cristãos, pedagógicos e machistas que relegam a mulher a uma posição social inferior à do homem.

Palavras-chave: Bíblia. Desigualdade. Educação. Gênero feminino. Religião.

ABSTRACT

Gender inequality has always been present throughout history. Women have been (and still are) placed in an inferior position to men, if we consider how their rights are violated or restricted. Some examples can be mentioned, such as receiving lower salaries (in relation to men), not being able to occupy political and religious positions and the idea that it is exclusively women's role to raise children and do household chores. Education - whether in the school/academic context or in the religious context - also reinforces gender inequality. The aim of this work is to identify and analyze the verses in the Bible that produce discourses related to the social representation of women alongside men. We cannot talk about the production of discourses without establishing a relationship with language, understood here as dynamic, heterogeneous and non-neutral. This qualitative study was based on documentary research and a bibliographical review. The information was discussed through discourse analysis and based on post-structuralist assumptions that require destabilizing and problematizing discourses produced as absolute truths. It also requires questioning and putting under suspicion the social and cultural practices that, through control and

surveillance, normalize conduct and standardize behaviours imposed by society, in a field of dispute that is established through power relations. According to these assumptions, the subject is constituted in the context of language, which, based on discursive forces, disciplines and names people. The results found point to some verses that put women in subjection to men, as an inferior being and responsible for domestic chores, which ratifies that social discourses marked by patriarchy, machismo and gender discrimination are perpetuated to this day. The book of Genesis 2:22 states that "the Lord God made a woman from the rib he had taken from the man and brought her to him". This statement is permeated by the Christian religious discourse that inferiorizes women, since they have been placed in a lesser position since their genesis. In at least three verses we find statements that place women in a position of submission to men, such as in the book of 1 Peter 3:1 "Likewise, wives, let each one be subject to her husband..."; in Titus 2:5 "[...] be busy at home, be kind and subject to your husbands"; and in the book of Colossians 3:18 "Wives, let each one be subject to her husband, as is fitting for one who is in the Lord". The verses identified in the biblical books present statements that place women in a position of inequality in relation to men. In them, Christian religious, pedagogical and sexist discourses emerge that relegate women to a lower social position than men.

Keywords: Bible. Inequality. Education. Female gender. Religion

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que diferença faz a diferença. **Estudos Femininos**, v. 19, n. 2, 2011, p. 549-559. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016>. Acesso em: 29 set. 2023.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília, DF: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. **A Bíblia não tinha razão**. Tradução Tuca Magalhães. São Paulo, SP: A Girafa Editora, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOX, Robin Lane. **Bíblia: verdade e ficção**. Tradução Sérgio Flaksman. São Paulo, SP: Companhia das letras, 1993.

FREITAS, Lucas Bueno de; CASAGRANDE, Lindamir Salet. As mulheres e a bíblia: de uma relação passível para uma relação possível. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, 2013, Florianópolis. (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2013. p. 1-12. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373309326_ARQUIVO_as_mulheres_e_a_biblia_lucas.pdf. Acesso em: 30 set. 2023.

FURLIN, Neiva. Teologia feminista: uma voz que emerge nas margens do discurso teológico hegemônico. **Rever**, ano 11, nº 01, jan./jun. 2011. p. 139-164. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rever/article/view/6034>. Acesso em: 30 set. 2023.

HUBER, Robert V. e MILLER, Stephen M. **A Bíblia e sua história: o surgimento e o impacto da Bíblia.** Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** 6. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pró-posições.** v. 19, n. 2, maio-ago. 2008, p. 17-23. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.), HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, cap. 2, p. 73-102.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abaixo, 25

Acadêmica, 25

Acadêmico, 24

Acesso, 34

Ações, 20

Acolhimento, 16

Adequarem, 17

Afazeres, 103

Afiados, 94

Agressão, 31, 84

Agressões, 36

Alegação, 19

Altruísmo, 66

Alunos, 77

Amarelo, 75

Amarração, 22

Ambiente, 16, 24

Ampliação, 22

Analisar, 14

Análise, 28, 112

Ancoradas, 71

Aprendizes, 86

Apresentação, 54

Aproximação, 58

Aspirações, 77

Assassinato, 58

Assassinatos, 84

Assédio, 14

Assertiva, 21

Atendimento, 21

Atitudes, 77

Atividade, 79

Atividades, 42

Atribuição, 18
Autobiográfica, 52
Autora, 22, 27
Azul, 46

B

Bahia, 58
Bíblia, 105
Binária, 112
Biográfico, 112
Biologia, 45
Body, 115
Branca, 112
Brasil, 64
Brasileira, 97
Bullying, 15

C

Caderneta, 29
Capacidade, 23
Características, 48
Cargos, 103
Científico, 80
Classe, 95
Codificados, 93
Compreender, 19, 49, 75
Compreensão, 65
Compulsória, 61, 75
Concebida, 18
Concepção, 79
Condições, 24, 36
Conhecimentos, 86
Consciência, 85
Consegue, 18
Considerado, 19
Constrangida, 32
Construção, 16, 48
Contemporânea, 97
Contextos, 112
Contexts, 114
Corpo, 113
Correspondentes, 84

Crenças, 77

Criação, 103

Crianças, 27

Crítica, 85

Cultura, 51

Culturais, 24

D

Dados, 23

Depoimentos, 30

Describe, 114

Desenvolvidos, 19

Desenvolvimento, 42, 66, 80

Desigualdade, 103

Desigualdade, 105

Deslegitimar, 33

Desobedeceram, 18

Desrespeito, 14, 28

Desumanas, 22

Dialogadas, 71

Dicotômica, 112

Dificuldades, 17

Dimensões, 85

Direito, 29

Direitos, 14

Dirigentes, 37

Disciplina, 52

Discordantes, 16

Discrimina, 31

Discriminação, 58, 60, 104

Discursos, 18

Discussão, 27

Discussões, 84

Disseminar, 92

Dissertação, 27

Diversidade, 28, 49, 81

Diversidade, 27

Documental, 25, 103

Documentary, 15, 73

E

Educação, 28, 47, 65

Educação, 105, 113
Educação, 105, 113
Educacionais, 14, 24
Education, 15, 115
Empoderada, 91
Ensinar, 17
Ensino, 22, 27
Entidades, 36
Entrevistas, 23
Envolvidos, 77
Episódio, 31
Escolar, 25
Escolarização, 17
Escrito, 92
Espaço, 20, 21, 79
Especial, 86
Estima, 34
Estruturalistas, 23, 72, 103
Étnicas, 48
Evasão, 14, 22, 37, 84
Exemplo, 29
Exemplos, 103
Existência, 97
Experiência, 34
Experiências, 16, 42
Exposto, 14, 112
Expressos, 17
F
Falta, 58
Família, 58
Familiar, 62
Fatores, 37
Feminino, 14, 83, 105, 112
Filhas, 103
Física, 45
Fisicamente, 26
Following, 73
Formação, 76
Fragilizados, 72
Fragmentos, 92

G

Gays, 21

Gender, 115

Gênero, 16, 18, 19, 21

Gênero, 113

Gêneros, 65

Gorda, 112

Grupos, 20

H

Hegemônica, 112

Hegemônicas, 17

Hegemônico, 16, 80

Hegemônicos, 62

Heteronormatividade, 75

Heterossexuais, 36

Heterossexual, 112

História, 103

Homem, 105, 112

Homossexual, 112

Hostil, 27

Humana, 30

Humanos, 51

Humilhante, 112

I

Identidade, 29, 80

Identidades, 30, 112

Identificar, 17

Impossível, 20

Imprescindível, 87

Impressa, 19

Imprimem, 18

Inacessibilidade, 36

Incentivar, 28

Indistintamente, 37

Information, 114

Instauram, 113

Instituições, 16, 17, 28

Instrumentos, 14

Insultos, 22

Inteligíveis, 62

Interação, 90

J

Jesus, 50

Jovens, 80

L

Lésbicas, 21

Levantamento, 24

Levianas, 75

Lgbtqi+, 24

Libertária, 16

Lições, 52

Linguagem, 104

Lógica, 19, 112

M

Magra, 112

Marcadores, 20

Marcas, 52

Marginalização, 32

Marido, 104

Masculino, 112

Matemática, 45

Mec, 28

Mediante, 24

Metodologia, 52

Minoritários, 72, 97, 113

Modernismo, 23

Mulher, 112

Mulheres, 14, 22, 24

Múltiplas, 94

Mundo, 57

Música, 75

N

Name, 15

Narration, 73

Narrativas, 14, 42, 112

Narrativas, 113

Narratives, 115

Naturalização, 80

Natureza, 42

Necessário, 18

Necessidade, 93

Negativamente, 89

Negativos, 57

Negra, 112

Network, 73

Normalize, 106

O

Objetivo, 112

Ocupação, 84

Oficineiros, 77

Operacionalização, 22

Oprime, 90

Outros, 95

P

Padrões, 16, 62

Pai, 35

Painel, 84

Papel, 66

Parceria, 76

Parcerias, 36

Particularidades, 16

Pedagogia, 45

Pensamento, 17

Pensar, 51

People, 107

Permanência, 17, 27, 36, 85

Perseguição, 62

Perspectiva, 46, 85

Pesquisa, 14, 23

Pesquisar, 17

Pessoa, 30

Pessoas, 14, 17, 18, 19, 26

Planejamento, 77

Plural, 76

Pluralidade, 60

População, 61

Possibilidades, 22, 50

Preconceito, 62

Preocupação, 95

Pressupostos, 104

Primitivos, 19

Princípios, 85

Privilégio, 17

Processo, 17, 28, 36

Processos, 37

Produção, 21, 52, 71

Produto, 64

Professor, 51

Professora, 51, 112

Profissionais, 95

Programação, 76

Promover, 49

Propósito, 45, 80

Prostituição, 61

Protagonista, 21

Provoca, 30

Psíquica, 50

Q

Qualidade, 17

Qualitativa, 14

Questionar, 103

Química, 45

R

Ranking, 62

Ratifica, 104

Realidade, 50

Realização, 54, 77

Realizamos, 86

Reconhecimento, 30

Reduccionistas, 113

Reflexiva, 71

Registros, 92

Relações, 24

Repressivo, 80

Reproduz, 21

Repúdio, 66

Respeitar, 46

Respeito, 60

Responsável, 80

Resultados, 14

Revolta, 30

S

Saída, 35

Salários, 103

Saúde, 95

Secretaria, 26

Selecionados, 52

Senhor, 104

Seres, 21

Sexuais, 17

Sexual, 33

Sexualidade, 49, 75

Sexualidade, 113

Sexuality, 115

Sistema, 18

Situação, 36

Social, 14

Sociedade, 27, 50, 97

Society, 107

Subseção, 25

Suicídios, 84

Sujeitos, 78, 87

Superior, 14

T

Tarefas, 96

Técnicos, 93

Terrorismo, 16

Trabalho, 80

Trabalhos, 23

Trajetória, 89

Transexuais, 14, 19, 21, 29, 57

Transexualidade, 19

Transfeminicídio, 62

Transfobia, 58

Travestis, 14, 21

U

Universo, 31

V

Valores, 77

Versículos, 104

Vexatórias, 29

Vídeos, 57, 84

Violência, 61

Violências, 16

Vivida, 23

W

Women, 15

CRJ



9786560540361